



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Coordenadoria de Material e Logística

**PROCESSO N.º 3580/2021
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/21**

INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 07/06/2021
DATA DO PREGÃO: 18/06/2021, às 10 horas (início da sessão de disputa de preços).
Referência de tempo: Horário de Brasília – DF.

LOCAL DE ABERTURA: ambiente eletrônico através do sítio na internet <http://www.comprasnet.gov.br>.

LOCAL PARA AQUISIÇÃO DESTE EDITAL: No sítio <http://www.comprasnet.gov.br> e <http://www.trt5.jus.br>.

O **Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região**, para conhecimento dos interessados, torna público, por meio de seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº 1389/2020, que no dia, horário e local acima indicados, fará realizar **LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**, mediante a utilização de recursos de tecnologia de informação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, sob o tipo **MENOR PREÇO POR GRUPO** pelo **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, para o fim (objeto) e nos termos a seguir mencionados, de acordo com as condições deste Edital e seus anexos, publicados no Diário Oficial da União, Diário da Justiça Eletrônico do TRT - 5ª Região, e observados todos os preceitos de Direito Público, e em especial as normas jurídicas vigentes que regem a matéria.

1. DO FUNDAMENTO LEGAL

O edital da presente licitação pública reger-se-á pelos comandos legais seguintes:

- 1.1** - Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 - Institui o Pregão;
- 1.2** - Decreto nº 3.555, de 08/08/2000 (Regulamento do Pregão) e suas alterações;
- 1.3** - Decreto nº 7.892, de 23/01/2013 (Regulamenta o Sistema de Registro de Preços);
- 1.4** - Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica;
- 1.5** - Decreto nº 3.772, de 09/01/2001, alterado pelo Decreto 4.485, de 25/11/2002 - Regulamenta o SICAF;
- 1.6** - Subsidiariamente pela Lei nº 8.666, de 21.06.1993, e alterações posteriores, no que couber - Lei de Licitações;
- 1.7** - Subsidiariamente pela Lei n.º 8.078, de 11.09.90 - Código de Defesa do Consumidor;
- 1.8** - **Outras** legislações pertinentes e complementares, inclusive a Instrução Normativa nº 5, de 21/07/1995, do extinto MARE, e as Leis Complementares nºs 123, de

14/12/2006, 128, de 19/12/2008, 139/2011, de 10/11/2011 e 147/2014, de 07/08/2014 e Decreto 8.538, de 06/10/2015 e Decreto 8.538, de 06/10/2015 e Decreto 9488/18;

- 1.9 - Decreto nº 6.204, de 05/09/2007 – (Regulamento da LC 123/2006);
- 1.10 - Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013 (Lei anticorrupção);
- 1.11 - Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015 – (Regulamento da Lei anticorrupção);
- 1.12 - Instrução Normativa no 01, de 19 de janeiro de 2010, da SLTI/MPOG (Sustentabilidade ambiental), bem como o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, 2ª edição, 2014, aprovado pela Resolução 103, de 25 de maio de 2012, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;
- 1.13 - Ato TRT5 nº 0302/2015, de 15/06/2015, alterado pelos atos nºs 0328 e 0345/2015, que regulamenta o Processo Administrativo Eletrônico (PROAD);
- 1.15 Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012
- 1.16 Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018
- 1.17 - Demais exigências deste Edital e seus Anexos.

2. DO OBJETO

2.1. O presente pregão destina-se ao **Registro de Preços para eventual contratação de pessoa jurídica especializada em serviços editoriais e gráficos para viabilizar a produção de edições de e-book e revista eletrônica, incluindo tiragens impressas, para o Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região**, nos termos e condições constantes deste edital e em conformidade com as especificações e quantitativos do **Anexo I**.

2.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET - CATMAT e as especificações constantes do Anexo I deste Edital, prevalecerão as últimas.

2.1.2 O critério de julgamento adotado será o menor preço por grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.2 Todos os materiais deverão ser de primeira linha e obedecer às normas do Código de Defesa do Consumidor, possuir especificações das características peculiares de cada item e, quando for o caso, deverão conter em suas embalagens unitárias especificações de peso, medida, quantidade, prazo de garantia e composição, sob pena de recusa no recebimento.

2.3 Os itens especificados no **Anexo I** tem ali estabelecido as quantidades em estimativas máximas, para um período de **12 (doze) meses**, reservando-se este Tribunal Regional do Trabalho ao direito de adquiri-lo, em quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, total ou abster-se de adquiri-lo. O material elencado será considerado apenas para fins de adjudicação e posterior assinatura da Ata de Registro de Preços.

3. DOS ESCLARECIMENTOS INICIAIS

3.1. O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à aquisição futura de bens, em que as empresas disponibilizam bens e serviços a preços e prazos certos e registrados em documento específico denominado Ata de Registro de Preços. Neste Sistema, as aquisições são

feitas quando melhor convier aos Órgãos que integram a Ata, sem, no entanto, estarem necessariamente obrigados a contratar com os fornecedores vencedores do certame.

3.2. Nesta licitação, será firmada uma Ata de Registro de Preços, que é um documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que os fornecedores manterão seus preços registrados, durante o período de 12 (doze) meses, tornando-os disponíveis ao Órgão, para que, caso o deseje, efetue suas aquisições nas quantidades julgadas necessárias e aos mesmos preços registrados no certame.

3.3. Quando das contratações decorrentes do registro de preços será respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da Ata.

4. DA IMPUGNAÇÃO E DOS ESCLARECIMENTOS DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão Eletrônico, de acordo com o art. 24 do Regulamento do Pregão.

4.1.1. A apresentação de impugnação contra o presente Edital deverá ser realizada exclusivamente por meio eletrônico, para o e-mail licitacao@trt5.jus.br, **devendo estar em documento devidamente assinado e em formato PDF (portable document format), com resolução máxima de 300 dpi e formatação A4 e em CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA.**

4.1.2. **O documento a ser enviado por e-mail deverá observar o tamanho máximo de 10 MB (dez megabytes), podendo a parte enviar quantos arquivos se fizerem necessários à ampla e integral defesa de seus interesses, desde que cada um desses arquivos observe o limite de tamanho máximo fixado acima.**

4.1.3. **Os documentos produzidos eletronicamente têm a mesma força probante dos originais**, ressalvada a alegação motivada e fundamentada de adulteração, respondendo por esse ilícito a parte que vier a praticá-lo.

4.1.4. Em caso de arguição de falsidade do documento digitalizado enviado ou daquele inserido no sistema, a solicitação será processada eletronicamente na forma da lei processual em vigor.

4.1.5. Incumbirá exclusivamente ao licitante zelar pela qualidade dos documentos enviados por meio eletrônico, especialmente quanto à sua legibilidade.

4.2. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, **desde que altere a formulação da proposta de preços**, será designada e publicada nova data para a realização do certame.

4.3. **Os pedidos de esclarecimentos ou providências** referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico via internet, através do e-mail licitacao@trt5.jus.br, **até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública do Pregão**, observando-se o mesmo

regime procedimental de encaminhamento da documentação na forma eletrônica, conforme descrito nos subitens acima.

4.3.1. As informações e/ou esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro através dos sítios do Tribunal, bem como do COMPRASNET (<http://www.comprasnet.gov.br>), ficando todos os Licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.

4.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.5 As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

4.6 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pela Seção de Licitações, decidir sobre a impugnação e/ou responder a pedidos de esclarecimento, de acordo com o § 1º do art. 23 do Decreto nº 10.024/2019, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 **Somente** poderão participar deste Pregão Pessoas Jurídicas:

5.1.1 **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**, legalmente constituídas e assim enquadradas no art. 3º, caput, incisos I e II, e § 4º da Lei Complementar nº 123, de 2006, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2 de 2010 e no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018, desde que satisfaçam as exigências fixadas neste edital e apresentem os documentos nele exigidos.

5.1.1.1 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.1.2 Cadastradas e com registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do Decreto nº 4.485, de 25/11/2002, bem como do art. 19, I do Decreto 10.024/2019.

5.1.2.1 As empresas não cadastradas no SICAF e que tiverem interesse em participar do presente pregão deverão providenciar o seu cadastramento e a sua habilitação junto a qualquer Unidade Cadastradora dos Órgãos da Administração Pública Federal.

5.1.3 **Que atendam às condições deste edital e seus anexos**, apresentem os documentos nele exigidos e comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos para a sua habilitação.

5.1.4 **Que estiverem previamente e devidamente credenciados perante o sistema eletrônico do COMPRASNET**, através do sítio <http://www.comprasnet.gov.br>, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, cuja comunicação é feita pela internet.

5.1.5 **Que manifestem, em campo próprio do sistema eletrônico, o cumprimento pleno dos requisitos de habilitação**, incluindo aquelas que não estejam contempladas pela habilitação parcial perante o SICAF, **e que suas propostas estejam em conformidade com as exigências deste Edital, bem como com o descritivo técnico constante do Termo de Referência (Anexo I)**.

5.1.6 **Que não estejam incursas nas sanções de impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.**

5.1.7 **Regularmente estabelecidas no país, vedada a participação do consórcio de empresas** e que não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou, ainda que independentemente, nomeiem um mesmo representante.

5.1.8 **Que não estejam em processo de falência ou com falência decretada**, em concurso de credores, em dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial de sociedade.

5.1.9 **Que não possuam entre seus sócios servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.**

5.1.10 **Que não tenham entre seus empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.**

5.1.11 **Que declarem, em campo próprio do sistema, cumprir os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006**, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, identificando o tipo de segmento da empresa.

5.1.12 **Que não se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.**

5.1.13 **Que não sejam Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP**, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

5.2 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no art. 49 do Regulamento do Pregão Eletrônico.

5.3 Caso exista algum fato que impeça a participação de qualquer licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública,

este fica impedido de participar da presente licitação, correspondendo a simples apresentação da proposta a indicação, por parte do licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim o Pregoeiro do disposto no art. 97 da Lei 8.666/93.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. O credenciamento é a **condição obrigatória para a formulação de ofertas e lances, negociação de preços, manifestação de intenção de interpor recursos e todos os demais atos inerentes ao certame.**

6.2. No dia, local e horário designados para realização deste certame, antes do início da sessão, a empresa interessada ou seu representante legal já deverá ter procedido ao respectivo credenciamento.

6.3. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), para acesso ao Sistema Eletrônico, no sítio **<http://www.comprasnet.gov.br>**.

6.3.1. O credenciamento somente se dará pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

6.3.2. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema (Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI) ou ao **TRT – 5ª Região** responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.3.3. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

6.4. O credenciamento far-se-á pela apresentação de instrumento público de procuração ou instrumento particular, que contenha expressamente poderes para formular ofertas, dar lances verbais, negociar preços e interpor recursos ou renunciar o direito à sua interposição e praticar, em nome do proponente, todos os demais atos pertinentes ao Pregão Eletrônico, no sítio do COMPRASNET.

6.5. No caso de titular, proprietário, diretor, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, dever-se-á apresentar documento que comprove sua capacidade para representá-la, entendendo-se como tal a cópia do respectivo estatuto ou contrato social, em que estejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações em nome do licitante.

6.5.1. **A verificação dos poderes mencionados no item acima será realizada com a análise da redação da cláusula que trata da ADMINISTRAÇÃO, constante no estatuto ou contrato social.**

6.6. É vedado a uma só pessoa representar mais de um licitante, ficando entendido que um licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços.

6.6.1. Caso um licitante participe com mais de uma proposta de preços, elas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas pelo Tribunal.

6.6.2. Para tais efeitos, entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

6.7. O não-credenciamento do proponente ou de seu representante legal constitui fato impeditivo para participação do pregão eletrônico.

6.8. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

6.9 As microempresas e empresas de pequeno porte assim serão credenciadas com o objetivo de exercerem o direito de participação nesta licitação exclusiva a elas conferido pelo art. 48, I, da LC 147/2014, **desde que identifiquem no sítio do “COMPRASNET” o tipo de segmento da empresa: “Microempresa” ou “Empresa de Pequeno Porte”**.

6.9.1. O exercício desse direito somente poderá ocorrer no momento do credenciamento, sob pena de preclusão.

6.9.2. Não se inclui no regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006 a pessoa jurídica mencionada nos incisos I a X do § 4º do art. 3º da referida lei.

6.9.3. A identificação intencional da licitante como “Microempresa” ou “Empresa de Pequeno Porte” sem efetivamente se enquadrar como tal, configurará declaração falsa, caracterizando o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções do art. 49 do Decreto 10.024/2019.

6.10. A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do sítio <http://www.comprasnet.gov.br>, opção “Acesso Seguro”.

6.11. O licitante deverá assinalar, ainda, “sim” ou “não”, em campo próprio do sistema eletrônico, declarando, dessa forma, que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital.

7. DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

7.1. O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento, aceitação e atendimento, por parte dos licitantes, às exigências de habilitação previstas neste Edital e seus anexos.

7.2 O licitante será responsável por todas as transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.4. As propostas, planilhas e, quando for o caso, seus anexos (vedado qualquer tipo de identificação do licitante quando de suas inserções no sistema), deverão ser formulados e remetidos **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico, via internet, para o sítio do COMPRASNET, obedecidos os prazos estipulados neste instrumento de convocação.

7.4.1. Qualquer identificação prévia do licitante ao registrar sua proposta no sistema será motivo para sua desclassificação.

7.5. Somente através de digitação da senha privativa pelo licitante credenciado no provedor do sistema é que se poderá enviar a **proposta de preços**, que deverá ser apresentada de forma clara e objetiva, contendo o valor total de cada item licitado, contemplados todos os custos necessários ao perfeito cumprimento das obrigações objetos deste certame, em conformidade com o edital, devendo consignar detalhadamente, ainda:

7.5.1 **Valor unitário e total de cada item a ser cotado e do grupo**, de acordo com o(s) preço(s) praticado(s) no mercado, conforme estabelece o inciso IV do art. 43 da Lei Federal nº. 8.666/93. Os preços devem ser cotados em moeda corrente nacional (R\$), contendo apenas duas casas decimais após a vírgula, considerando a especificação e as quantidades dos produtos discriminadas no **Anexo VII**, incluindo todos os elementos que formarão o preço final de venda do serviço/material proposto, já devendo estar incluídos nos preços os impostos, as taxas, o frete (CIF), as embalagens, os seguros, as garantias e a descarga no local de entrega, as despesas decorrentes do fornecimento do produto e demais encargos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, bem assim, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.

7.5.1.1. Na eventualidade de o licitante apresentar proposta com mais de duas casas decimais, o pregoeiro considerará, para o cálculo final, apenas as duas primeiras casas.

7.5.1.2. Prevalecerá em casos de divergência entre o preço total e o preço unitário, o valor ofertado como preço unitário, e, no caso de divergência entre o valor em algarismos e o valor por extenso, prevalecerá o extenso.

7.5.2. Especificações claras e detalhadas dos produtos ofertados, inclusive marca, modelo (se houver), referência e tudo que bem os identifique, ficando o proponente, em caso de **omissão quanto à marca**, obrigado a fornecer o bem

indicado por este Tribunal e que atenda 100% às especificações constantes do edital, devendo, ainda, os mesmos ser novos e de primeiro uso, devendo os materiais ser entregues em suas embalagens originais e devidamente lacradas.

7.5.3 Prazo de validade da proposta de, no mínimo, **60 (sessenta) dias**, a contar da data da sessão de abertura deste pregão eletrônico. As propostas que omitirem ou indicarem prazo de validade inferior ao mínimo permitido serão entendidas como válidas pelo período acima estipulado.

7.5.4. Prazo de entrega dos materiais: os materiais deverão ser entregues nos prazos estabelecidos no item 5 do termo de referência.

7.5.4.1 Na modalidade impressa: Em **até 15 (quinze) dias corridos**, contados a partir da data do recebimento da pauta, a Contratada deverá apresentar uma versão provisória, diagramada, no formato Word, da modalidade impressa da Revista, juntamente com fotografias ou imagens eventualmente selecionadas para cada item da publicação, se for o caso;

7.5.4.1.1 O Contratante analisará a versão provisória da modalidade impressa **em até 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir do dia seguinte ao do recebimento do produto;

7.5.4.1.2 Caso necessário, a Contratada deverá reformular o trabalho e apresentar nova versão provisória **em até 5 (cinco) dias corridos**;

7.5.4.1.3 O Contratante analisará a nova versão provisória da modalidade impressa em **até 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir do dia seguinte ao do recebimento do produto;

7.5.4.1.4 Tendo sido aprovada a nova versão provisória da modalidade impressa, mediante aprovação da Escola Judicial, deverá ser produzida a versão definitiva, no prazo de **até 05 (cinco) dias corridos**, contados a partir da data do aprovação, inclusive;

7.5.4.1.5 O Contratante analisará a versão definitiva da modalidade impressa em **até 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir do dia seguinte ao do recebimento do produto;

7.5.4.1.6 Tendo sido aprovada a versão definitiva da modalidade impressa, deverá ser apresentada a prova digital de impressão, no prazo de **dois dias corridos**;

7.5.4.1.6.1 Na hipótese de se afigurar tecnicamente viável, a prova digital de impressão poderá ser apresentada no prazo de **dois dias corridos**, contados da aprovação da versão definitiva da modalidade eletrônica, (item 5.2.7 do termo de referência), caso tenha esta sido previamente iniciada;

7.5.4.1.7 A Contratada terá um prazo de **5 (cinco) dias corridos**, a partir da data de aprovação da prova digital, inclusive, para entregar dos exemplares;

7.5.4.1.7.1 Caso seja identificadas falhas ou baixa qualidade de impressão, os exemplares serão devolvidos e a Contratada terá prazo de 5 (cinco) dias corridos para entregar os novos exemplares.

7.5.4.2 **Na modalidade eletrônica:** em até **15 (quinze) dias corridos**, contados a partir da data do recebimento da pauta, a Contratada deverá apresentar uma versão provisória, diagramada, no formato Word, da modalidade eletrônica da Revista, juntamente com fotografias ou imagens eventualmente selecionadas para cada item da publicação, se for o caso;

7.5.4.2.1 A elaboração da modalidade eletrônica poderá ser iniciada, facultativamente, no dia em que a versão definitiva de versão impressa previamente produzida (ITEM 5.1.7 do termo de referência) tiver sido aprovada;

7.5.4.2.2 Na hipótese do item anterior, a versão provisória da modalidade eletrônica deverá ser entregue em até **1 (um) dia corrido**, contado a partir da data de aprovação, inclusive;

7.5.5.3 Caso necessário, a Contratada terá que ajustar o trabalho e apresentar nova versão provisória em **2 (dias) dias corridos**;

7.5.4.2.3 O Contratante analisará a versão provisória da modalidade eletrônica em até **2 (dois) dias úteis**;

7.5.4.2.4 Caso necessário, a Contratada terá que ajustar o trabalho e apresentar nova versão provisória em **2 (dias) dias corridos**;

7.5.4.2.5 Tendo sido aprovada a versão provisória da modalidade eletrônica, deverá ser produzida a versão definitiva, no prazo de **2 (dois) dias corridos**;

7.5.4.2.6 O Contratante analisará a versão definitiva da modalidade eletrônica em até **2 (dois) dias úteis**;

7.5.4.2.7 Após aprovação da versão definitiva da modalidade eletrônica, a Contratada deverá entregá-la nos formatos digitais pdf, e-pub, e mob, bem assim implementar adaptações necessárias para disponibilização e gerenciamento da publicação na plataforma SEER-OJS, no **prazo de dois dias úteis**.

7.5.5. **Local e horário de entrega dos produtos:** os exemplares das publicações devem ser entregues na Escola Judicial do TRT5, na Rua Bela Vista do Cabral, S/N – Ed. Médici, 1º andar – Nazaré. 40.055-055, Salvador/BA, em dias úteis, de segunda a sexta, das 9h30 às 16h30.

7.5.5.1 O conteúdo referente à modalidade física deverá ser entregue impressa em papel. A modalidade eletrônica (formato pdf) deve ser encaminhada para o e-mail escolajudicial@trt5.jus.br.

7.5.8. Dados do licitante, referentes às seguintes informações: Razão Social, Endereço, Telefone/Fax, número do CNPJ/MF, Banco, Agência, Número da Conta-Corrente e Praça de Pagamento, E-mail (se possuir) e o nome, estado civil, profissão, número do CPF (MF) e do documento de Identidade (RG), domicílio e cargo na empresa, da pessoa que ficará encarregada de assinar a **Ata de Registro de Preços (Anexo VII)**.

7.5.9. **Pedido Mínimo:** não haverá pedido mínimo.

7.6. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, cabendo-lhe dimensionar e equacionar os componentes do preço ofertado, inclusive encargos trabalhistas, sociais e tributos incidentes, não podendo o licitante alegar posteriormente desconhecimentos de fatos, erros, omissão no preenchimento da planilha, como fundamento para solicitar reequilíbrio econômico-financeiro da proposta/contrato.

7.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada. Após esse prazo, em nenhuma situação poderá mais ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação ao pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos termos originais, ressalvados os lances e as hipóteses destinadas a sanar evidentes erros materiais, alterações essas que serão avaliadas pelo Pregoeiro.

7.8 O encaminhamento da proposta de preços no site <http://www.comprasnet.gov.br>, com a descrição do objeto ofertado, bem assim o seu preço, somente ocorrerá por meio de sistema eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da sessão pública, constantes no preâmbulo deste Edital, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente a fase de recebimento de propostas.

7.9 Concomitantemente com a proposta de preços, ou seja, até a data e hora marcadas para abertura da sessão pública, os licitantes deverão anexar ao sistema Comprasnet todos os documentos de habilitação exigidos no edital.

7.9.1 O licitante deverá manter o SICAF atualizado até a data da sessão pública de abertura das propostas, ou anexar ao sistema, previamente, junto com a proposta de preços, as certidões atualizadas, bem como os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, sob pena de inabilitação, uma vez que é vedado apresentar, após o início da sessão de lances, qualquer documento de habilitação que tiver sido exigido no Edital.

7.9.2 O licitante deverá anexar, cumulativamente, toda a documentação comprobatória dos requisitos de habilitação para cada item e/ou grupo que esteja concorrendo, sob pena de ter a proposta recusada.

7.9.3 Na eventualidade de obrigação do envio de catálogos/prospectos, devem eles ser enviados no formato PDF. Admitir-se-á, entretanto, o seu recebimento como arquivo de imagem no formato JPEG (Joint Photographic Expertes Group),

devendo o arrematante considerar a resolução máxima de 300 dpi e respeitar o limite máximo do tamanho do arquivo, de acordo com o especificado no item 4 acima.

7.10 A proposta de preços deverá indicar o item cotado, tipo de embalagem, peso, marca e modelo, preços unitário e total. Prevalecerá em casos de divergência entre o preço total e o preço unitário, o valor ofertado como preço unitário, e, no caso de divergência entre o valor em algarismos e o valor por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

7.11 No preço ofertado deverão estar incluídos todos os custos relacionados ao fornecimento do objeto, incluindo impostos, taxas, embalagem, seguros, garantia, frete, descarga no local de entrega e outros necessários à perfeita consecução do objeto pretendido.

7.12 Os erros ou equívocos existentes nas cotações de preços lançadas no sistema eletrônico e levadas em consideração para efeito de julgamento serão de inteira responsabilidade do proponente, não lhe cabendo, no caso de erro para mais e consequente desclassificação, qualquer recurso, tampouco em caso de erro para menos, eximir-se da prestação ofertada.

7.13. Será exigido dos licitantes, junto com a proposta de preços, sob pena de desclassificação - apenas na hipótese de enquadramento no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 – empresa com 100 (cem) ou mais empregados –, apresentar declaração de que a empresa cumpre a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, nos termos do Anexo VI, devidamente assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador do licitante, com a identificação legível do nome e cargo do assinante, bem como constando o número de identidade do declarante.

8. DA VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

8.1. As propostas terão sua conformidade analisada pelo Pregoeiro de acordo com as diretrizes traçadas no item anterior e demais requisitos estabelecidos neste Edital, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com tais requisitos, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.1.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.1.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.1.3. A não desclassificação da proposta durante esta fase não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de julgamento.

9. DA DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

9.1. A partir do horário previsto no preâmbulo deste Edital, a sessão pública será aberta por comando do Pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

9.2. Verificadas as propostas apresentadas e constatada a conformidade das mesmas, o sistema ordenará, automaticamente, aquelas que estiverem aptas, e somente estas poderão participar da fase de lances.

9.3. Após a ordenação automática pelo sistema das propostas aptas, conforme subitem anterior, será iniciada a fase de lances.

9.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

10. DA FASE DOS LANCES

10.1 Aberta a etapa competitiva, os licitantes, cujas propostas foram consideradas aptas, deverão estar conectados ao sistema e poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

10.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado e as regras estabelecidas neste Edital.

10.2.1 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

10.3 Será adotado o modo de **disputa aberto e fechado**, por meio do qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado neste edital.

10.3.1 No modo de disputa aberto e fechado, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos.

10.3.2 Encerrado o prazo de 15 (quinze) minutos, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

10.3.3 Encerrado o referido prazo de 10 (dez) minutos, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco minutos), que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

10.3.4 Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições de que trata o subitem 10.3.3, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

10.3.5 Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens 10.3.3 e 10.3.4, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

10.3.6 Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos subitens 10.3.3 e 10.3.4, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado

em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no subitem 10.3.5.

10.3.7 Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no subitem 10.3.6.

10.4 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

10.5 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, sendo vedada a identificação do licitante.

10.6 A falta de oferecimento de novos lances por parte dos licitantes durante o curso da sessão pública implicará a manutenção do último valor por ele ofertado e registrado no sistema para efeito de ordenação das propostas.

10.7 Após o encerramento da etapa de lances e ordenadas as propostas, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta, observado o critério de julgamento, não sendo admitida a negociação de condições diversas das previstas neste Edital.

10.7.1 Caberá ao licitante arrematante anexar ao sistema Comprasnet, no prazo de 2 (duas) horas, a sua proposta ajustada ao valor do lance ou ao valor negociado, bem como a documentação complementar porventura solicitada pelo pregoeiro, devendo tal documentação estar assinada e ser transmitida em formato PDF.

10.7.2 O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

10.7.3. A PROPOSTA DEFINITIVA DE PREÇO (ajustada ao valor do lance ofertado), deverá estar acompanhada de nova planilha de custos, com recomposição dos preços unitários e totais, constando os valores do fechamento da operação de ajuste, de acordo com o valor da adjudicação, a qual substituirá a proposta primitiva, devendo ser o ajuste readequado ao lance vencedor, mantendo-se a proporcionalidade dos preços anteriores com os novos preços de cada item, sob pena de ser considerada desistente, convocando-se a segunda colocada, sem prejuízo das sanções estabelecidas neste Edital.

10.8 O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão do Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

10.9 Encerrada a etapa competitiva, serão ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço global por grupo e/ou item.

10.10 Havendo desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, e

permanecendo o sistema eletrônico acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

10.11 Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro horas) após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1 Encerrada a etapa de negociação de que trata o item 10.7, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto 10.024/2019, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital, observado o disposto no item 13 deste Edital.

11.2 Serão recusadas as propostas que:

11.2.1 Apresentarem descrições genéricas, assim entendidas aquelas em que se encontrem expressões a exemplo de “marca original” ou “marca genuína”.

11.2.2 Contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação.

11.2.3 Não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, que sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis ou defeitos capazes de dificultar o seu julgamento.

11.2.4 Apresentarem amostra, catálogo, prospecto ou documento equivalente (caso solicitados), para os itens indicados, em desconformidade com as solicitações constantes deste Edital ou deixarem de apresentá-los, quando for o caso.

11.2.5 Apresentarem preços excessivos ou incompatíveis com os valores de mercado, ou com valor superior ao limite estabelecido ou ainda com preços manifestamente inexequíveis.

11.2.5.1 Considera-se preço excessivo aquele que ultrapassar o valor orçado pela Administração para cada item ou para o grupo, de acordo com os valores dispostos no Anexo VII.

11.3 A recusa da proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes da sessão.

12. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

12.1 Para julgamento das propostas, o critério adotado será o de **menor preço global por grupo**, verificada a aceitabilidade da proposta comercial.

12.2 Sendo aceitável a oferta, verificar-se-á se o proponente que a formulou atende às condições de habilitação, estipuladas com base:

12.2.1 Nos dados cadastrais extraídos através de consulta eletrônica ao SICAF;

12.2.2 Na documentação restante, disponibilizada em CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA COMPRASNET.

12.3 Entendendo necessário para orientar sua decisão, o Pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, bem como de pessoas físicas ou jurídicas que comprovadamente possuam conhecimentos técnicos relativos ao objeto da licitação, a fim de subsidiar sua decisão.

12.4 O Pregoeiro, em seguida, examinará a aceitabilidade, ou não, da proposta primeira classificada, quanto ao objeto definido neste Edital e em seus anexos, bem como ao valor ofertado, decidindo motivadamente a respeito

12.5 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame e em relação ao qual apresentou proposta.

12.6 Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências deste ato convocatório, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, na ordem de classificação, verificando a aceitabilidade e negociando, se preciso for, até a obtenção do preço equivalente ao primeiro colocado ou ao preço de referência, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo adjudicado o objeto deste certame ao respectivo licitante declarado vencedor.

12.7 As propostas e demais documentos encaminhados pelos licitantes serão juntados aos autos do processo.

12.8 A sessão será encerrada com a lavratura de ata circunstanciada, divulgada no sistema eletrônico, e na qual serão registradas as ocorrências relevantes.

12.9 Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.

12.10 É facultado ao Pregoeiro, na fase de julgamento, a promoção de diligência destinada à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atenderem às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da intimação, sob pena de desclassificação da oferta.

12.10.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item supra, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12.11 Será facultado ao Pregoeiro efetuar o julgamento a posteriori.

13. DA HABILITAÇÃO

13.1 A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, em relação aos documentos por ele abrangidos, quando dos procedimentos licitatórios, bem como pela

apresentação dos demais documentos de habilitação exigidos neste edital.

13.1.1. Das empresas participantes **não será exigido o cumprimento dos subitens 13.8.4.2 e 13.8.4.3 deste edital (balanço patrimonial exigível do último exercício) quando o objeto da licitação tratar-se de fornecimento de bens para pronta entrega**, conforme disposição do art. 3º do Decreto nº 8.538/2015.

13.1.2. **Serão verificados, ainda, durante a fase de habilitação, inclusive conforme determinação constante no Acórdão 1.793/2011 TCU - Plenário:**

a) No Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CEIS (disponível no portal da transparência - www.portaldatransparencia.gov.br/ceis) - a existência de registros impeditivos à contratação;

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) - a existência de registros impeditivos à contratação por improbidade administrativa.

c) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

13.2. Em relação ao licitante que apresentou a melhor proposta, proceder-se-á à análise das informações constantes do SICAF por meio de consulta “online”, pela internet, e verificar-se-á a **regularidade da documentação obrigatória e da habilitação parcial, devendo-se observar as prescrições dos arts. 3º e 4º do Decreto nº 8.538/2015.**

13.3. A situação regular no SICAF é determinada através de:

a) CADASTRAMENTO

b) HABILITAÇÃO PARCIAL EXISTENTE E VÁLIDA, observando-se, quando for o caso, a ressalva do subitem 13.1.1 supra.

13.3.1 A documentação obrigatória constante no SICAF referente à regularidade fiscal e consistente nas Receitas Federal (e INSS), Estadual, Municipal e FGTS deverá ser anexada ao sistema COMPRASNET junto com a proposta de preços e os demais documentos de habilitação exigidos no edital, previamente à sessão de lances, caso não constem no SICAF as respectivas certidões atualizadas.

13.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

13.4.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas

Indiretas.

13.4.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

13.4.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

13.4.4 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

13.5 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

13.6 Os documentos originais impressos poderão ser exigidos a qualquer tempo, principalmente em caso de eventual suspeita de fraude, oportunidade em que o pregoeiro poderá diligenciar nesse sentido.

13.7 Os documentos de habilitação deverão ser emitidos em nome do licitante, constando preferencialmente o número do CNPJ e o respectivo endereço, observando-se também:

a) No caso da participação ser da **matriz**, os documentos deverão ser em seu nome apresentados; no caso de o licitante ser **filial**, os documentos deverão estar em nome da filial.

b) Dispensar-se-ão, no caso de filial, aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, somente forem emitidos em nome da matriz.

13.8 A documentação de habilitação aqui tratada consiste em:

13.8.1 Das Declarações:

13.8.1.1 **Declaração de proteção ao trabalho do menor**, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 e na Lei n.º 9.854/99, conforme modelo do **Anexo II**, devidamente assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador do licitante, com a identificação legível do nome e cargo do assinante, bem como constando o número de identidade do declarante.

13.8.1.2 **Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fatos impeditivos à habilitação**, conforme o § 2º, Art. 32 da Lei 8.666/93, nos termos do **Anexo III**, devidamente assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador do licitante, com a identificação legível do nome e cargo do assinante, bem como constando o número de identidade do declarante.

13.8.1.3 **Declaração de elaboração independente de proposta**, consoante Instrução Normativa nº. 02, de 16 de setembro de 2009, nos termos do

Anexo IV, devidamente assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador do licitante, com a identificação legível do nome e cargo do assinante, bem como constando o número de identidade do declarante.

13.8.1.4. **Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado**, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, nos termos do **Anexo V**, devidamente assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador do licitante, com a identificação legível do nome e cargo do assinante, bem como constando o número de identidade do declarante.

13.8.2 Da Habilitação Jurídica:

13.8.2.1 **Comprovação de objeto compatível ao desta licitação, através de ato constitutivo, estatuto ou contrato social** em vigor (com as respectivas alterações, se for o caso). Em caso de omissão, a Comissão poderá efetuar consulta ao SICAF.

a) Considera-se, para todos os efeitos legais, como ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor o documento de constituição da empresa, acompanhado da(s) última(s) alteração(ões) referente(s) à natureza da atividade comercial e à administração da empresa, ou a última alteração consolidada.

13.8.2.2 No caso de **empresário individual**: inscrição no **Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

13.8.2.3 Em se tratando de **microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI**, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br

13.8.2.4 No caso de **cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor**, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

13.8.2.5 No caso de **agricultor familiar**: Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

13.8.2.6 No caso de **produtor rural**: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

13.8.2.7 **Inscrição do ato constitutivo no órgão competente** acompanhada, no caso de sociedades civis, de prova da diretoria em exercício.

13.8.2.8 **Decreto de Autorização**, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e **ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente**, quando a atividade assim o exigir.

13.8.2.9 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.8.3 Da Regularidade Fiscal e Trabalhista:

13.8.3.1 **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).**

13.8.3.2. **Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal e de inexistência de débito perante a Previdência Social**, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, através de certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, ou certidão positiva com efeito de negativa;

b) Certidão negativa expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal, ou certidão positiva com efeito de negativa; e

c) Certidão negativa expedida pela Prefeitura Municipal, ou certidão positiva com efeito de negativa, quando couber.

13.8.3.2.1 O licitante que possuir a Certidão Específica Previdenciária e a Certidão Conjunta PGFN/RFB, dentro do período de validade nelas indicados, poderá apresentá-las conjuntamente, devendo, entretanto, no caso de possuir apenas uma das certidões ainda no prazo de validade, emitir, obrigatoriamente, a certidão que entrou em vigência em 03 de novembro de 2014 e que abrange todos os créditos tributários federais administrados pela RFB e PGFN.

13.8.3.2.2 Poderá o Pregoeiro proceder à consulta à Base de dados da Receita Federal, através da internet, caso a empresa licitante não apresente a Certidão, para verificação de sua regularidade, na forma do Decreto nº 8.302/2014.

13.8.3.2.3 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

13.8.3.3 Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, alínea “a”, Lei nº 8.036. de 11/05/90), através da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS.

a) Poderá o Pregoeiro proceder à consulta à Base de dados da Caixa Econômica Federal, através da internet, caso a empresa licitante não apresente o CRF, para verificação de sua regularidade.

13.8.3.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do inciso V do art. 29 da Lei 8.666/93, mediante a apresentação da CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, demonstrando situação regular no cumprimento das obrigações trabalhistas instituídas por lei.

a) Poderá o Pregoeiro proceder à consulta, através da internet, à Base de dados da Justiça do Trabalho, condensada pelo CSJT, caso a empresa licitante não apresente a CNDT, para verificação de sua regularidade.

13.8.3.5 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista será exigida nos termos do disposto no art. 4º do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, ou seja, somente para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

13.8.3.5.1 Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal quando da comprovação de que trata o item supra, será assegurado prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.8.3.5.2 O prazo para regularizar a documentação fiscal será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação, cuja prorrogação poderá ser concedida a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

12.8.3.5.3 A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal.

12.8.3.5.4 A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à administração pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

13.8.4. Da Qualificação Econômico-Financeira:

13.8.4.1. **Certidão negativa de falência ou recuperação judicial** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

13.8.4.2. **Balço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, comprovando a boa situação financeira da empresa, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. Para tanto, devem ser nomeados os valores do ativo circulante (AC) e do passivo circulante (PC), de modo a extraírem-se Índices de Liquidez Geral (LG) e Corrente (LC), bem como Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), calculados pelas seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{AC + A\tilde{N}C}{PC + P\tilde{N}C - (Receitas Diferidas - Custos Diferidos)}$$

$$SG = \frac{AT}{PC + P\tilde{N}C}$$

$$LC = \frac{AC}{PC}$$

AC = ATIVO CIRCULANTE
CIRCULANTE

PC = PASSIVO

AT = ATIVO TOTAL
CIRCULANTE

AÑC = ATIVO NÃO

PÑC = PASSIVO NÃO CIRCULANTE

13.8.4.2.1. **As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço.**

13.8.4.2.2. Entendem-se como aceitos na forma da lei os balanços patrimoniais e as demonstrações contábeis assim apresentados:

a) sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07

(sociedade anônima):

- publicados em Diário Oficial; ou
- publicados em jornal de grande circulação; ou
- por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

b) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- por fotocópia do livro Diário, inclusive, obrigatoriamente, com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na

Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, na forma do art. 6º, da IN nº 65 do Departamento Nacional do Registro do Comércio – DNRC, de 11 de agosto de 1997, ou

- por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

c) sociedade criada no exercício em curso:

- por fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

13.8.4.2.2.1. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

13.8.4.2.2.2. **As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.**

13.8.4.2.2.3 No caso de fornecimento de **bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro.** (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015).

13.8.4.2.2.4 Caso o licitante seja **cooperativa**, tais documentos deverão ser **acompanhados da última auditoria contábil-financeira**, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

13.8.4.2.2.5 O licitante enquadrado como **microempreendedor individual** que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

13.8.4.3 A pessoa jurídica cuja consulta ao SICAF ou resultado do balanço indicar **resultado igual ou inferior a 1 (um)**, em qualquer dos índices referidos acima, deverá comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, que possui **o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo** correspondente a **10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item/grupo pertinente.**

13.8.4.3.1 Tal comprovação dar-se-á mediante a apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social e deverá ser feita relativamente à data da apresentação da proposta.

13.8.5 Da qualificação Técnica:

13.8.5.1 A qualificação técnica da Contratada será comprovada mediante apresentação de, pelo menos, um atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação de serviços compatíveis com o objeto deste Termo de Referência.

13.8.5.1.1 Para os fins do quanto disposto no art. 30, §1º, I da Lei 8.666/93, consideram-se parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação a produção de publicação e entrega de exemplares impressos (item 5.1.8 do termo de referência), além da entrega de versão eletrônica com disponibilização na plataforma SEER-OJS (item 5.2.7 do termo de referência).

13.8.5.2 O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo, os seguintes requisitos:

- a) Papel timbrado do emitente;
- b) Razão Social;
- c) CNPJ;
- d) Endereço completo do emitente;
- e) Razão Social do licitante;
- f) Vigência e objeto do contrato;
- g) Declaração de que os requisitos do contrato foram atendidos;
- h) Local e data de emissão do atestado;
- i) Identificação, cargo, assinatura e contato do atestante.

13.8.5.3 A empresa deverá dispor em seus quadros da seguinte mão de obra especializada:

- a) revisor de textos (formação em letras, comunicação ou jornalismo);
- b) designer/diagramador/arte-finalista;

13.8.5.3.1 Não serão aceitos estagiários.

13.8.5.4 Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional deverão participar do serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de qualificação equivalente ou superior,

desde que comprovada por documentação equivalente à exigida neste item e aprovada pela Fiscalização;

13.8.5.4.1. Será considerado como pertencente ao corpo técnico da Licitante, para fins de comprovação do acervo técnico profissional, profissionais que possuam seu vínculo à licitante comprovado mediante apresentação de um dos seguintes documentos:

- a) Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica junto à entidade competente, se nesse documento constar o nome do profissional indicado dentre os responsáveis técnicos da empresa;
- b) Ficha de registro do empregado com o carimbo da DRT acompanhada da guia do último mês de recolhimento do FGTS no qual conste o nome do(s) profissional(is);
- c) Cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), expedida pelo Ministério do Trabalho, contendo as folhas que demonstrem o número de registro, qualificação civil, contrato de trabalho e última alteração de salário ou Contrato de Trabalho ou Ficha de Registro de Empregado (FRE), em frente e verso, devidamente visada pela DRT ou ainda, na qualidade de profissional liberal, contrato de prestação de serviços;
- d) Contrato social, Certidão da Junta Comercial ou Ato Constitutivo devidamente atualizados em que se demonstre a condição de sócio, proprietário(s) ou dirigente (s), do(s) profissional(is) indicado(s);
- e) Contrato de prestação de serviço sem vínculo trabalhista, regido pela legislação civil comum, conforme previsto no Acórdão TCU nº 80/2010 – Plenário;
- f) Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado de responsabilidade técnica, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

13.8.5.4.2 Caso a Licitante apresente declaração de contratação futura, deverá comprovar no prazo **5 (cinco) dias após a formalização do pedido**, que possui efetivamente o profissional em seu quadro.

13.9 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos referentes à HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL, **exceto em relação à CNDT**, e QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, desde que estejam em situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

13.10 Estará habilitada a pessoa jurídica cuja situação no **SICAF** (Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores) esteja regular, e que apresentar as declarações referidas nos subitens anteriores, ou que, mesmo que com suas documentações vencidas no SICAF, tenha apresentado documentação comprovando a regularidade, juntamente com a proposta de preços e demais documentos de habilitação.

13.11 No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.12 A validade dos documentos será a expressa em cada qual, ou estabelecida em lei, admitindo-se como válidos, no caso de omissão, aqueles emitidos há menos de 90 (noventa) dias.

13.13 Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento”, em substituição aos documentos requeridos no presente edital e/ou seus anexos.

13.14 Constitui meio legal de prova, para fins de habilitação, a verificação da autenticidade das certidões pelo órgão promotor do certame, nos portais oficiais de órgãos e entidades emissores daquelas.

13.15 O licitante enquadrado como **microempreendedor individual** que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

13.16 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

13.17 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

14. DA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO PELO SISTEMA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS DE MESMO VALOR E DO CRITÉRIO DE DESEMPATE

14.1 A ordem de classificação das propostas de preços de mesmo valor obedecerá às seguintes regras:

14.1.1 Se não houver nenhum lance durante a sessão de lances, permanecendo as propostas da forma em que foram originalmente registradas no Comprasnet, o sistema ordenará as propostas automaticamente, sem qualquer interferência do pregoeiro, com base no art. 36 C/C art. 37 do Decreto 10.024/2019.

15. DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR DA REGULARIDADE FISCAL

15.1. Se o licitante não apresentar a documentação complementar de regularidade fiscal juntamente com a habilitação, deverá fazê-lo nos termos do disposto no art. 4º do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015.

15.2. A documentação complementar da regularidade fiscal, bem como o prazo de apresentação, está prevista nos subitens 13.8.3.2, 13.8.3.3, 13.8.3.4 e 13.8.3.5 deste edital.

16. DO RECURSO

16.1 Após a habilitação do item/grupo, será aberto o **prazo de 1 (uma hora)** para que os fornecedores registrem, por meio eletrônico, a intenção de recurso, imediata e **motivadamente**, em campo próprio no sistema.

16.1.1 Uma vez manifestada pelo Licitante a intenção de recorrer, ser-lhe-á concedido o prazo de **03 (três) dias** para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões, em igual prazo, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

16.1.2. Os procedimentos para interposição de recursos, compreendida a manifestação prévia do licitante, durante a sessão pública, o encaminhamento de memorial e de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes, serão realizados no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios.

16.1.3. **A falta de manifestação da intenção de recorrer imediata e motivada por parte do licitante importará a decadência do direito de recurso**, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

16.1.4. Por intenção motivada de recorrer entende-se aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende sejam revistos pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão.

16.1.5. Ao licitante que interpuser recurso manifestamente caracterizado protelatório poderá ser aplicada a penalidade do art. 14 do Decreto nº 3.555/2000.

16.2. Se não houver reconsideração de sua decisão, o Pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração do Diretor-Geral deste Tribunal, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.

16.3. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.4. O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1. Depois de concluídas as etapas de análise dos preços ofertados e verificado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste Edital e decididos os recursos, se foi este o caso, o objeto deste certame será adjudicado em favor do licitante que tenha sido declarado vencedor, após as etapas aqui mencionadas.

17.2. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

17.3. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1 Após a homologação do resultado desta licitação e adjudicação do objeto, o Tribunal do Trabalho da 5ª Região efetuará o registro de preços e dos fornecedores correspondentes, mediante a assinatura da Ata de Registro de Preços (**Anexo IX**), a qual consiste no documento obrigacional, com características de compromisso para futura contratação com o fornecedor primeiro classificado, e se for o caso, com os demais classificados que aceitarem fornecer o material pelo preço do primeiro, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos propostos.

18.2. O(s) adjudicatário(s) será(ão) convocado(s) para, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da data de recebimento da convocação, sob pena de decair o direito à contratação, **assinar a Ata de Registro de Preços**, referente ao objeto desta licitação. Em caso de não atendimento ou recusa em fazê-lo, fica facultado a este Tribunal do Trabalho da 5ª Região, Órgão Gerenciador, convocar o segundo colocado para, ao mesmo preço e condições do primeiro colocado, assinar a referida Ata, sem prejuízo das sanções previstas no art. 14 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 3.555/2000.

18.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo Tribunal.

18.4. É facultado a este Tribunal, quando o(s) proponente(s) vencedor(es) não apresentar(em) situação regular no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços ou recusar(em)-se a assiná-la ou a retirar a nota de empenho no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas neste Edital.

18.5. Poderão ser registrados, pelo preço do primeiro colocado, tantos fornecedores quantos concordarem, através da Ata de Registro de Preços.

18.6. Não se aplicam as sanções previstas no art. 87 da Lei de Licitações aos licitantes remanescentes que, porventura, convocados pelo Tribunal, recusarem assinar contrato com a Administração, nas mesmas condições de preço e prazo propostas pelo licitante primeiro colocado.

18.7. Ao assinar a Ata de Registro de Preços a(s) empresa(s) adjudicatária(s) obriga(m)-se a fornecer os bens a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na(s) proposta(s) apresentada(s), prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do Edital.

18.8. A efetivação da contratação de fornecimento se caracterizará pela assinatura de termo de contrato ou pelo simples recebimento pelo fornecedor da Nota de Empenho emitida pelo Órgão requisitante do objeto.

18.9. A existência de preços registrados não obriga este Tribunal nem aos outros Órgãos participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, não cabendo direito a indenização.

19. DA VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS

19.1. O **prazo de vigência** deste Registro de Preços será de **12 (doze) meses** a partir da data de publicação da Ata de Registro de Preços, não podendo ser prorrogado, conforme art. 12 do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro 2013.

20. DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1. Em função das alterações promovidas pelo Decreto n. 9.488, de 30/08/2018 ao art. 22 do Decreto n. 7.892/2013, que condiciona a manifestação do órgão gerenciador aos pedidos de adesão à análise de estudo realizados pelos órgãos que não participarem do registro de preços, cujos parâmetros ainda carecem de regulamentação, **não será concedida a adesão de órgãos não participantes às atas de registro de preços decorrentes desta contratação, conforme item 2.4 do Termo de Referência.**

21. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

21.1. Em conformidade com os arts. 73 a 76 da Lei 8.666/93, modificada pela lei 8.883/94, mediante recibo o objeto da presente licitação será recebido da seguinte forma:

21.1.1 As publicações (revista e e-book), tanto na modalidade impressa quanto na eletrônica, serão recebidas pelo Contratante em **três etapas**: versão ou versões provisórias; prova final; e versão definitiva;

21.1.2 O recebimento das versões definitivas caracterizar-se-á em recebimento definitivo do objeto.

21.2 Recebimento na modalidade impressa:

a) A **primeira etapa** consiste no recebimento de uma ou mais versões provisórias referentes à modalidade impressa das publicações. Deverá ser ajustada até que seja efetivamente aprovada pela Escola Judicial;

b) A **segunda etapa** consiste no recebimento da prova final - exata e idêntica ao produto - cuja modalidade impressa deverá ter a aprovação da Escola Judicial;

c) A **terceira etapa** consiste no recebimento dos exemplares impressos. O conteúdo referente a estes deverá ainda ser encaminhado por e-mail, para eventual necessidade de impressões extras de exemplares.

21.3 Recebimento na modalidade eletrônica:

a) A **primeira etapa** consiste no recebimento de uma ou mais versões provisórias referentes à modalidade eletrônica das publicações, que deverá ser reformulada até que receba aprovação definitiva da Escola Judicial;

b) A **segunda etapa** consiste no recebimento da prova final, - exata e idêntica

ao produto - que deverá ter a aprovação da Escola Judicial;

c) A terceira etapa consiste no recebimento da modalidade eletrônica nos formatos digitais pdf, e-pub, e mob e disponibilização e gerenciamento da publicação na plataforma SEER-OJS

21.4 A entrega da versão ou das versões preliminares referentes à modalidade impressa das publicações precede a da eletrônica;

21.5 Em caso de inexecução parcial ou total do contrato provocado pela CONTRATADA, além das multas e outras sanções previstas, **a nota de empenho ou o instrumento contratual poderá ser cancelado**, que implica a anulação do respectivo crédito orçamentário, nos termos do Art. 35, II da Lei nº 4.320/1964, o Art. 23 do Decreto n. 93.872/1986, o Art. 57 da Lei 8.666/1993 e desobriga a Administração do compromisso então assumido.

21.5.1 A Administração dará ciência imediatamente à empresa quando do cancelamento da nota de empenho ou instrumento contratual.

21.5.2 Visando o cumprimento das etapas de liquidação e pagamento dentro do exercício, os materiais eventualmente enviados após o prazo contratual e no exercício seguinte poderão ser rejeitados e devolvidos de imediato no ato da entrega

21.7 As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades deste Tribunal, conforme Ata de Registro de Preços. A existência dos preços registrados não obriga contratações que deles poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

22. DOS PRAZOS, LOCAIS E HORÁRIO DE ENTREGA DO MATERIAL

22.1 Os materiais deverão ser entregues no prazo máximo estipulado no termo de referência item 5.

22.2. Local e horário para entrega dos materiais: os exemplares das publicações devem ser entregues na Escola Judicial do TRT5, na Rua Bela Vista do Cabral, S/N – Ed. Médici, 1º andar – Nazaré. 40.055-055, Salvador/BA, em dias úteis, de segunda a sexta, das 9h30 às 16h30.

22.2.1 O conteúdo referente à modalidade física deverá ser entregue impressa em papel. A modalidade eletrônica (formato pdf) deve ser encaminhada para o e-mail escolajudicial@trt5.jus.br.

22.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o [§ 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993](#).

23. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

23.1 A gestão e fiscalização da ata de registro de preços serão regidas pelo ato TRT5 210/2014.

23.2 A GESTÃO do contrato será exercida pela chefia da Escola Judicial, a quem caberá, nos termos do Ato TRT5/GP nº 210/2014, ACOMPANHAR a supervisão e a fiscalização do contrato, reportando ao Diretor-Geral do CONTRATANTE quaisquer irregularidades para as providências cabíveis. O GESTOR acumulará a função de FISCAL ADMINISTRATIVO do contrato.

23.3. O FISCAL TÉCNICO do contrato, será o servidor CARLOS ADROALDO SANTIAGO LIMA, representando a Escola Judicial, a quem compete receber, conferir e FISCALIZAR os serviços, bem como acompanhar, in loco, quando for o caso, a execução e o perfeito cumprimento das obrigações contratadas, informando eventuais falhas para as devidas providências pela CONTRATADA, bem como realizar o teste dos equipamentos imediatamente após o seu recebimento como condição para o aceite.

23.3.1. Ao FISCAL TÉCNICO do contrato competirá administrar a execução dos serviços, atestar a respectiva nota fiscal para efeito de pagamento, bem como providenciar as medidas necessárias à solução de quaisquer contratemplos que porventura venham a ocorrer.

23.4. Na ausência do GESTOR, as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA poderão ser prestados pelo FISCAL TÉCNICO.

23.5 A ação da fiscalização não exonera o licitante vencedor de suas responsabilidades.

24. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

24.1. O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, **em até 10 (dez) dias úteis** após o recebimento definitivo, mediante apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pela Fiscalização, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação aplicável, nos termos do **item 11 do Termo de Referência**.

24.2. Os licitantes pelo Simples Nacional ficam dispensadas do pagamento das demais contribuições instituídas pela União, inclusive para as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de que trata o art. 240 da Constituição Federal e demais entidades de serviço social autônomo, de acordo com a previsão constante no § 3º do art. 13 da Lei Complementar nº 123/2006.

24.3. Se o licitante for optante do SIMPLES NACIONAL, deverá anexar à nota fiscal documento que comprove tal opção, na forma do Anexo IV da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria de Receita Federal, com as alterações dadas pela IN RFB 1.244, de 30/01/2012, para que sobre o valor do pagamento não incidam as retenções em relação aos tributos federais.

24.4. O atraso no pagamento acarretará a incidência de encargos moratórios, calculados entre a data final prevista para o pagamento e o dia de sua efetivação, correspondentes

ao valor do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por dia de atraso, ou fração deste, aplicados “pro rata tempore”.

24.5 A nota fiscal/fatura não aprovada por este Tribunal será devolvida ao Licitante vencedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, reiniciando o prazo estabelecido para o pagamento.

24.6. A Nota Fiscal deverá acompanhar os materiais e nela estarão descritas integralmente as especificações, quantidades entregues e preços unitários, conforme a respectiva Nota de Empenho.

24.7. Ocorrendo divergências na Nota Fiscal quanto à discriminação, quantidade ou preço do item, comparativamente com a Nota de Empenho, o Fornecedor será comunicado de tal fato para as devidas regularizações.

24.8. Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular em relação à Fazenda Federal, ao INSS, ao FGTS e à Justiça do Trabalho (CNDT), apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada, o pagamento não ficará retido, devendo, entretanto, o ADJUDICATÁRIO apresentar, no prazo de máximo de 04 (quatro) dias úteis, novos documentos dentro do prazo de validade, sob pena de ser-lhe aplicada sanção, após defesa, por inadimplemento parcial da Ata de Registro de Preços, decorrente de infração ao inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93.

24.9. Havendo qualquer outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa na forma como apresentada, o pagamento será glosado, dependendo eventual pagamento restante de diferença, se houver, após adoção pela ADJUDICATÁRIA de providências das medidas saneadoras necessárias para esse fim.

25. DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA

25.1. São obrigações da empresa **ADJUDICATÁRIA**, além daquelas dispostas em leis e normas pertinentes:

25.1.1 Seguir a orientação do gestor do contrato e a pauta encaminhada pela Escola Judicial para a elaboração das publicações;

25.1.2 Editar, revisar e executar os demais atos necessários para a elaboração, produção, confecção e impressão das publicações nas versões impressa e eletrônica;

25.1.3 Manter-se disponível para pronto atendimento de ligações telefônicas e de contatos efetivados através de mensagens por aplicativo;

25.1.4 Dispor de computadores e notebooks com instalação de pelo menos os seguintes programas: Word, Excel, LibreOffice, Corel Draw X6, Adobe Master Colection CS6, Adobe Photoshop, Indesign, Illustrator; dispor de profissionais que saibam utilizá-los com proficiência;

25.1.5 Cumprir a legislação e as Normas Técnicas da ABNT inerentes a sua atividade;

25.1.6 Cumprir os prazos para a execução do objeto e demais condições previstas;

- 25.1.7 Não transferir a outrem a execução do objeto e demais obrigações avençadas;
- 25.1.8 Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela Escola Judicial do TRT5, cujas reclamações se obriga a se manifestar e atender prontamente;
- 25.1.9 Contratar e treinar todo o pessoal necessário à execução do objeto;
- 25.1.10 Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Contratante, ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Termo de Referência, bem como, orientar seus profissionais para a observância do disposto neste item;
- 25.1.11 O sigilo deverá ser observado, ainda, quanto às informações contidas em documentos, papéis e arquivos gravados em mídias ou em qualquer outro material manipulado para a realização dos serviços e em razão do ofício dos postos de trabalho, dedicando especial atenção à sua guarda, de acordo com o disposto no Decreto n.º 2.134, de 24.1.1997.
- 25.1.12 Manter durante toda a execução do objeto, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 25.1.13 Atender prontamente ao CONTRATANTE durante a prestação do serviço, quando solicitado.
- 25.1.14 Zelar para que o serviço seja executado dentro dos padrões de qualidade a ele inerente.
- 25.1.15 Reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato quando se verificar vícios, defeitos ou incorreções;
- 25.1.16 A CONTRATADA deverá fornecer números de seus telefones fixos e celulares, endereço físico e eletrônico para contato, mantendo-os atualizados.
- 25.1.18 Cumprir os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos na IN 01/2010, da SLTI/MPOG e na Resolução nº 103/2012 do CSJT, discriminados no item 16 do TR.
- 25.1.19 Comunicar ao Contratante, por escrito, condições inadequadas de execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;
- 25.1.20 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar diretamente ao TRT ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus empregados, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 25.1.21 Comprovar a qualificação profissional da equipe indicada na habilitação: revisor de textos (formação em letras, comunicação ou jornalismo); b) designer/diagramador/arte-finalista (certificado do curso respectivo), sempre que solicitada pelo CONTRATANTE, no prazo de 05 dias úteis.

26. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO ADJUDICANTE

26.1 São obrigações do **Órgão Adjudicante**, além daquelas dispostas em lei:

- a) Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações legais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da ADJUDICATÁRIA às dependências do TRT5;
- b) Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal;
- c) Acompanhar e fiscalizar a execução da ata de registro de preço, comunicando à ADJUDICATÁRIA as ocorrências que a seu critério exijam medidas corretivas;
- d) Na vigência da ata, fica vedada ao ADJUDICANTE a contratação de serviços similares a outras empresas estranhas à ADJUDICATÁRIA, salvo impossibilidade desta;
- e) Proceder à publicação resumida da ata de registro de preço na imprensa oficial;
- e) Cumprir os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos na IN 01/2010 da SLTI/MPOG e na Resolução nº 103/2012 do CSJT, no que couber.

27. DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

27.1. Os preços ofertados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata, observado, entretanto, o subitem abaixo.

27.2. Os valores constantes da Ata de Registro de Preços admitem revisão na forma disciplinada no Decreto nº 7.892/2013.

28. DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

28.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no Decreto nº 7.892/2013.

28.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na [alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993](#).

28.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

28.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

28.3.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

28.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o

fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Órgão gerenciador poderá:

28.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

28.4.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

29. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

29.1. O registro do fornecedor será cancelado quando:

29.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

29.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

29.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

29.1.4. Sofrer sanção prevista nos [incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993](#), ou no [art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002](#).

29.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas nos subitens 29.1.1, 29.1.2 e 29.1.4 acima, será formalizado por despacho do Órgão gerenciador, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

29.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

29.3.1. Por razão de interesse público; ou

29.3.2. A pedido do fornecedor.

30. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

30.1 Ao licitante que praticar atos considerados lesivos à Administração Pública serão aplicadas as sanções previstas no art. 6º da Lei nº 12.846/13, regulamentada pelo Decreto nº 8.420/2015, resguardado o exercício do contraditório e da ampla e prévia defesa.

30.1.1 São entendidos como atos lesivos à Administração Pública:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

30.2 Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial, devendo, a autoridade competente, definida na lei anticorrupção, comunicar aos órgãos públicos competentes para eventual ajuizamento de ação judicial.

30.3 Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

a) Não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

b) Não entregar a documentação exigida no edital;

c) Apresentar documentação falsa;

d) Causar o atraso na execução do objeto;

e) Não manter a proposta;

f) Falhar na execução do contrato;

g) Fraudar a execução do contrato;

h) Comportar-se de modo inidôneo;

i) Declarar informações falsas; e

j) Cometer fraude fiscal.

30.3.1 As sanções acima descritas também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

30.4 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

30.5 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos itens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, ao impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, e à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante/adjudicatário.

30.6 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

30.7 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

30.8 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

30.9 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

30.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

30.11 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

31. DAS MULTAS

31.1 Ressalvada a faculdade de a Administração aplicar as penalidades estabelecidas em lei, no caso de inadimplemento parcial ou total do objeto do presente certame serão aplicadas as seguintes multas e parâmetros:

TABELA 1

GRAU	VALOR
1	R\$ 150,00
2	R\$ 300,00
3	R\$ 450,00
4	R\$ 600,00
5	R\$ 750,00
6	R\$ 1.000,00

TABELA 2

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços.	2	Por empregado e por ocorrência
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços;	5	Por ocorrência
3	Destruir ou danificar documentos ou equipamentos do TRT/BA por culpa ou dolo de seus agentes;	4	Por ocorrência
4	Recusar-se a executar serviço previsto no contrato quando determinado pela fiscalização, sem motivo justificado;	5	Por ocorrência
5	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou de	6	Por ocorrência

	consequências letais;		
6	Não substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições;	3	Por empregado e por ocorrência
7	Não cumprir o horário para a prestação de serviços estabelecido no contrato;	6	Por ocorrência
8	Não cumprir determinação formal ou instrução complementar da fiscalização quanto aos termos do Edital;	4	Por ocorrência
9	Para atraso no início da prestação de serviços.	1	Por dia

31.2 Será configurada a **inexecução parcial do objeto**, sem prejuízo a rescisão por inadimplência, quando houver descumprimento das etapas de execução do objeto (item 05) ou ainda inobservância dos prazos ali fixados – salvo em relação aos itens 5.1.8, 5.1.8.1 e 5.2.7 do termo de referência– circunstância que ensejará aplicação de multa no percentual de **10% (dez por cento)** da parcela em inadimplência, assim considerada a parte do objeto ainda pendente de execução.

31.2.1 Também será considerada inexecução parcial do contrato nos casos em que a CONTRATADA se enquadre em pelo menos 01 (uma) das situações previstas na seguinte tabela, durante a vigência do referido instrumento, hipótese que poderá ensejar a rescisão contratual por inadimplência, sem prejuízo da incidência dos valores das multas previstos nas tabelas 1 e 2:

TABELA 3

GRAU DA INFRAÇÃO	QUANTIDADE DE INFRAÇÕES
1	7 ou mais
2	6 ou mais
3	5 ou mais
4	4 ou mais

5	3 ou mais
6	2 ou mais

31.3 Será configurada a inexecução total do objeto nas seguintes hipóteses, sem prejuízos da rescisão por inadimplência, ocasião em que incidirá multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor total do contrato:

a) Descumprimento dos itens 5.1.8, 5.1.8.1 e 5.2.7 do termo de referência;

b) Recusa pelo CONTRATANTE do produto final entregue, por não observar especificações deste Termo de Referência.

31.4 As multas a que alude o subitem anterior não impedem que a Administração aplique outras sanções previstas na Lei 10.520/02, garantidos o contraditório e a prévia defesa.

31.5 Por qualquer outra infração das obrigações constantes neste Edital, poderá ser aplicada ao licitante vencedor a multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total da ata.

32. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

32.1. São vedados a manutenção, o aditamento ou a prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que:

I - venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, conforme dispõe o art. 1º da Resolução nº 9/05, do Conselho Nacional de Justiça.

II - tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Órgãos Requisitantes para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da Resolução nº 156/2012, do Conselho Nacional de Justiça.

32.1.1. Antes da celebração da Ata, o Tribunal verificará, através do SICAF, a composição societária da Adjudicatária, a fim de certificação de inexistência de servidores do Órgão entre os seus sócios, conforme determinação contida no Acórdão 1.793/2011 TCU – Plenário.

32.2. Havendo pedido de prorrogação do prazo de entrega, este somente será concedido nos casos previstos no art. 57, §1º, da Lei nº 8.666/93, em caráter excepcional, sem efeito suspensivo, e deverá ser encaminhado por escrito, com antecedência mínima de 1 (um) dia do seu vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela ADJUDICATÁRIA, em conformidade com o Art. 57, §1º,

da Lei nº 8.666/93.

32.3. Eventual pedido de prorrogação deverá ser encaminhado para o gestor do contrato no seguinte endereço: **Escola Judicial** do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região – TRT5, no Ed. Presidente Médici, 1º Andar, na Rua do Cabral, nº 161, Nazaré, Salvador/BA.

32.4. Os licitantes serão responsáveis pela fidedignidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante a licitação.

32.5. A critério do Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região e sem que, por esse motivo, tenham os licitantes direito a qualquer reposição ou indenização, a presente licitação poderá ser anulada, revogada, total ou parcialmente, ou ainda transferida, nos termos do art. 50 do Decreto 10.024/2019.

32.6. Os casos omissos serão decididos por este Tribunal, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 3.555/2000 e Decreto nº 10.024/2019, e suas alterações, sendo a Lei 8.666/93 de aplicação subsidiária. Também se aplicam o Decreto nº 9.507/2018, a Instrução Normativa nº 05/2017 e demais regulamentos e normas administrativas federais, independentemente de suas transcrições.

32.7 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

32.8. Fica entendido que o presente Edital, seus anexos e toda documentação da licitação são complementares entre si, de modo que quaisquer detalhes que se mencionem em um documento e se omitam em outro, serão considerados especificados e válidos.

32.9. Em caso de divergência entre o(s) anexo(s) e o Edital, prevalecerá a redação deste último.

32.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias úteis e de expediente no Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.

32.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível o aproveitamento do ato, especialmente no que diz respeito à aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

32.12. A entrega da proposta implica total aceitação de todos os termos desta licitação, expressos no Edital, anexos e publicações.

32.13. O Tribunal não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do VENCEDOR para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

32.14. No caso de os documentos apresentados em fotocópia suscitarem alguma

dúvida quanto à sua veracidade/autenticação, o Pregoeiro poderá promover diligência(s) destinada(s) a esclarecer(em) a dúvida indicada no processo, conforme o § 3º do art. 43 da Lei 8.666/93.

32.15. Os licitantes que desejarem quaisquer esclarecimentos poderão solicitá-los através do e-mail licitacao@trt5.jus.br, informando o nome da empresa, o CNPJ e o número de telefone para contato por este Tribunal.

32.15.1. As respostas e informações prestadas serão dadas àqueles que as solicitaram, e disponibilizadas do mesmo modo.

32.15.2. Todos os esclarecimentos, avisos e informações serão sempre disponibilizados, além do COMPRASNET, no sítio deste Regional, no campo "licitações online", permitindo-se amplitude na sua divulgação, assumindo os interessados o ônus de verificarem possíveis atualizações lançadas no espaço próprio, não podendo alegar os licitantes interessados em participar do certame o desconhecimento das informações ali registradas, isentando o Tribunal de qualquer responsabilidade neste sentido.

32.16 O Tribunal, durante a vigência desta licitação, reserva-se o direito de fazer solicitações parciais do objeto, podendo, inclusive, adquirir algum(ns) item(ns) do grupo, **quando for o caso**, independentemente da solicitação dos demais.

32.16.1. A distribuição em **grupo, quando for o caso**, diz respeito, apenas, ao procedimento de julgamento da licitação e visa ao atendimento do princípio da economicidade.

32.16.2. O critério de julgamento por grupo, (quando for o caso) não vincula a aquisição de cada item à solicitação daqueles outros constantes do mesmo grupo (quando for o caso).

32.16.3 Considerar-se-ão urgentes as situações devidamente que requeiram pronto atendimento sob pena de paralisação de atividades ou prejuízos a equipamentos do Tribunal.

32.17. No curso da ata, é admitida a fusão, cisão ou incorporação da empresa, bem assim sua alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura, desde que não prejudique a execução do contrato, cabendo à Administração decidir pelo seu prosseguimento ou sua rescisão.

32.18 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

32.19 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

32.20 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

32.21 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

32.22 O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos www.trt5.jus.br e www.comprasnet.gov.br e também poderão ser lidos e/ou obtidos no Edf. Presidente Médici, situado na Rua do Cabral, 161, 5º andar, Seção de Licitação, Nazaré, Salvador-BA, CEP: 40.055-010, no horário administrativo do Órgão, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

33. DO FORO

33.1. As questões decorrentes da execução deste Pregão que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado da Bahia, na cidade do Salvador, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos do art. 102, I, "a", da Constituição Federal.

34. DOS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS/ANEXOS

34.1. Constituem parte integrante deste Edital:

Anexo I - Termo de Referência

Anexo II - Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor

Anexo III - Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos

Anexo IV - Declaração de Elaboração Independente de Proposta

Anexo V – Declaração de que não possui em sua cadeia produtiva empregados executando trabalho degradante ou forçado

Anexo VI – Declaração que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social

Anexo VII - Planilha de Estimativa de Preço e limite de admissibilidade das propostas

Anexo VIII - Planilha de Cotação

Anexo IX - Minuta da Ata de Registro de Preços

Salvador/BA, 27 de maio de 2021

Júlia Ramos Cavalcanti Reis
Pregoeira



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Escola Judicial do TRT5ª Região

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS EDITORIAIS E GRÁFICOS PARA VIABILIZAR A PRODUÇÃO DE EDIÇÕES DE E-BOOK E REVISTA ELETRÔNICA PARA O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª. REGIÃO.

1. OBJETO

O presente processo tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇO** para eventual contratação de pessoa jurídica especializada em serviços editoriais e gráficos para viabilizar a produção de edições de e-book e revista eletrônica, incluindo tiragens impressas, para o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª. Região.

2. JUSTIFICATIVA:

2.1 A Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da Bahia tem, via de regra, periodicidade semestral e contempla artigos doutrinários, jurisprudência comentada, trabalhos do meio científico e verve literária.

A modalidade no formato eletrônico se justifica por se tratar daquela que mais se coaduna com as exigências do mundo atual, em razão da praticidade, alcance, dinamicidade, além de se afigurar em consonância com as melhores práticas ambientais, contribuindo ainda para a democratização do acesso ao conhecimento, diretriz bastante valorizada pela atual gestão da unidade.

Além de constituir fonte de atualização, divulgação de trabalhos e reciclagem de conhecimentos do público interno, as publicações objeto do presente Termo de Referência (revista eletrônica e e-book) têm ainda o condão de projetar o Regional no meio acadêmico e jurídico de um modo geral, fomentando debates, prestando relevante contribuição à comunidade jurídica nacional e contribuindo para o aperfeiçoamento da entrega da prestação jurisdicional.

A despeito da indubitável relevância da publicização dos referidos conteúdos para o aprimoramento e reciclagem de magistrados e servidores do Regional, o corpo técnico desta unidade administrativa não dispõe de mão de obra específica para a produção do referido material, fazendo-se necessária, desse modo, a contratação de empresa especializada para tal mister.

2.2 A Revista Eletrônica do TRT5 é uma publicação que vem sendo produzida pela unidade demandante há aproximadamente 10 anos, com histórico médio de 01 a 02 edições anuais, consubstanciando, desse modo, entrega parcelada do objeto, nos termos do art. 3º, II do decreto 7.892/2013.

Ademais, a edição das publicações resulta da compilação de artigos doutrinários, jurisprudências, trabalhos do meio científico e resenhas encaminhadas por operadores da comunidade jurídica, de maneira que não há como precisar, de modo certo e determinado, a quantidade total de páginas de cada edição. Vale dizer que a rigor, na hipótese de inexistirem interessados pelo encaminhamento de trabalhos jurídicos, a publicação restaria inviabilizada.

Não se afigura possível, portanto, em razão da natureza do objeto, a definição prévia do quantitativo a ser demandado pela administração, hipótese elencada no art. 3º, IV do decreto 7.892/2013.

2.3 A reunião em lote único favorece a economicidade decorrente da gestão contratual, da economia de escala e da consolidação da entrega de diversos itens em uma mesma operação de transporte (reduzindo despesas com frete).

2.4 Não será permitida a participação de outros Órgãos Públicos, em razão da natureza do objeto, da forma de execução, do acompanhamento e dos prazos fixados.

2.5 Na presente licitação se impõe a necessidade de uniformização dos materiais para que não se frustrasse a padronagem visual/operacional pretendida, conforme o princípio da padronização das compras públicas, disposto na Lei de Licitações n. 8.666/93, art. 15, inciso I.

Desta forma, nos termos do inciso III do art. 49 da Lei Complementar 123/2006 e do inciso II do art. 10 do Decreto 8.538/2015, não se revela útil à Administração o tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte na presente aquisição, uma vez que caso empresas diferentes registrem os preços de um mesmo item na ata decorrente da licitação poderá haver prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

2.6. Os quantitativos anuais estimados no anexo deste termo de referência observaram a média de páginas das publicações produzidas pela Escola Judicial em exercícios anteriores, nos termos do art. 15, §7º, II, da lei 8.666/93.

2.7. O serviço será prestado mediante empreitada por preço unitário.

3. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

3.1 O objeto do presente TR consiste na produção de duas publicações distintas, quais sejam, revista eletrônica e e-book, destinados precipuamente à veiculação de conteúdo jurídico, a exemplo de artigos doutrinários, jurisprudência comentada, trabalhos do meio científico e verve literária;

3.2 As matérias a serem veiculadas nas edições da revista e do e-book são, via de regra, de autoria de juízes, professores, pesquisadores, dentre outros profissionais vinculados à área jurídica, ficando a empresa contratada, desse modo, dispensada da produção de conteúdo técnico ou jornalístico, cabendo-lhe tão somente a execução dos serviços de: a) revisão ortográfica; b) diagramação/arte-finalização; c) ilustração; d) produção fotográfica; e) tratamento e edição de fotos; f) digitalização; e g) impressão em alta qualidade (4x4 cores), formato fechado (210x280mm);

3.3 Não haverá pedido mínimo de produção anual de e-books ou de revista eletrônica;

3.4 Para cada edição eletrônica a ser eventualmente demandada pela Escola Judicial e produzida pela Contratada, será requisitada a impressão de tiragem mínima de 50 exemplares de cada publicação (e-book ou revista eletrônica);

3.5 Considerando-se que cada edição das publicações contemplará números de páginas distintos, a unidade de referência a ser adotada nas propostas apresentadas para cada serviço deverá ser o custo por página;

3.6 A modalidade eletrônica da revista e do e-book deverá ser idêntica à impressa e apresentada no formato PDF para publicação na página da Escola Judicial;

3.7 A modalidade impressa de ambas as publicações deverá observar tamanho 21 x 28 cm, papel couchê brilhante design com image 90 g/m² impressos a 4x4 cores. O acabamento deverá ser dobrado, CTP, prova digital, 1 Reforço capa dura no tamanho 43,0x29,0 cm em papel Papelão 2,2mm. - 1400 g/m² impressos à 0x0 cores. Finalizações: capa dura, alceamento automático, colado em hotmelt, costura, acoplamento capa, miolo, guarda, refile;

3.7.1 O material deverá ser entregue em arquivo fechado;

3.8 Caberá à empresa contratada a implementação e adaptações necessárias para disponibilização e gerenciamento das publicações na plataforma SEER-OJS, para a versão digital;

3.9 As publicações deverão ser apresentadas em formato pdf, e-pub e mob;

3.10 Produção de ficha catalográfica, solicitação de ISBN e atribuição de DOI para ambas as versões (digital e física);

3.11 A produção das publicações deverá observar pauta e diretrizes estabelecidas pela unidade demandante (Escola Judicial);

4. RECEBIMENTO DA DAS PUBLICAÇÕES

4.1 As publicações (revista e e-book), tanto na modalidade impressa quanto na eletrônica, serão recebidas pelo Contratante em três etapas: versão ou versões provisórias; prova final; e versão definitiva;

4.2 O recebimento das versões definitivas caracterizar-se-á em recebimento definitivo do objeto;

4.3 Os exemplares das publicações devem ser entregues na Escola Judicial do TRT5, na Rua Bela Vista do Cabral, S/N – Ed. Médici, 1º andar – Nazaré. 40.055-055, Salvador/BA, em dias úteis, de segunda a sexta, das 9h30 às 16h30.

4.4 O conteúdo referente à modalidade física deverá ser entregue impressa em papel. A modalidade eletrônica (formato pdf) deve ser encaminhada para o e-mail escolajudicial@trt5.jus.br.

4.2 RECEBIMENTO DA MODALIDADE IMPRESSA:

4.2.1 A primeira etapa consiste no recebimento de uma ou mais versões provisórias referentes à modalidade impressa das publicações. Deverá ser ajustada até que seja efetivamente aprovada pela Escola Judicial;

4.2.2 A segunda etapa consiste no recebimento da prova final - exata e idêntica ao produto - cuja modalidade impressa deverá ter a aprovação da Escola Judicial;

4.2.3 A terceira etapa consiste no recebimento dos exemplares impressos. O conteúdo referente a estes deverá ainda ser encaminhado por email, para eventual necessidade de impressões extras de exemplares.

4.3 RECEBIMENTO DA MODALIDADE ELETRÔNICA:

4.3.1 A primeira etapa consiste no recebimento de uma ou mais versões provisórias referentes à modalidade eletrônica das publicações, que deverá ser reformulada até que receba aprovação definitiva da Escola Judicial;

4.3.2 A segunda etapa consiste no recebimento da prova final, - exata e idêntica ao produto - que deverá ter a aprovação da Escola Judicial;

4.3.3 A terceira etapa consiste no recebimento da modalidade eletrônica nos formatos digitais pdf, e-pub, e mob e disponibilização e gerenciamento da publicação na plataforma SEER-OJS

5. ETAPAS DE EXECUÇÃO PARA CADA PUBLICAÇÃO:

5.1 MODALIDADE IMPRESSA:

5.1.1 Até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data do recebimento da pauta, a Contratada deverá apresentar uma versão provisória, diagramada, no formato Word, da modalidade impressa da Revista, juntamente com fotografias ou imagens eventualmente selecionadas para cada item da publicação, se for o caso;

5.1.2 O Contratante analisará a versão provisória da modalidade impressa em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do dia seguinte ao do recebimento do produto;

5.1.3 Caso necessário, a Contratada deverá reformular o trabalho e apresentar nova versão provisória em até 5 (cinco) dias corridos;

5.1.4 O Contratante analisará a nova versão provisória da modalidade impressa em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do dia seguinte ao do recebimento do produto;

5.1.5 Tendo sido aprovada a nova versão provisória da modalidade impressa, mediante aprovação da Escola Judicial, deverá ser produzida a versão definitiva, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da data da aprovação, inclusive;

5.1.6 O Contratante analisará a versão definitiva da modalidade impressa em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do dia seguinte ao do recebimento do produto;

5.1.7 Tendo sido aprovada a versão definitiva da modalidade impressa, deverá ser apresentada a prova digital de impressão, no prazo de dois dias corridos;

5.1.7.1 Na hipótese de se afigurar tecnicamente viável, a prova digital de impressão poderá ser apresentada no prazo de dois dias corridos, contados da aprovação da versão definitiva da modalidade eletrônica, (item 5.2.7), caso tenha esta sido previamente iniciada;

5.1.8 A Contratada terá um prazo de 5 (cinco) dias corridos, a partir da data de aprovação da prova digital, inclusive, para entrega dos exemplares;

5.1.8.1 Caso seja identificadas falhas ou baixa qualidade de impressão, os exemplares serão devolvidos e a Contratada terá prazo de 5 (cinco) dias corridos para entregar os novos exemplares.

5.2 MODALIDADE ELETRONICA:

5.2.1 Até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data do recebimento da pauta, a Contratada deverá apresentar uma versão provisória, diagramada, no formato Word, da modalidade eletrônica da Revista, juntamente com fotografias ou imagens eventualmente selecionadas para cada item da publicação, se for o caso;

5.2.1.1 A elaboração da modalidade eletrônica poderá ser iniciada, facultativamente, no dia em que a versão definitiva de versão impressa previamente produzida (ITEM 5.1.7) tiver sido aprovada;

5.2.1.2 Na hipótese do item anterior, a versão provisória da modalidade eletrônica deverá ser entregue em até 1 (um) dia corrido, contado a partir da data de aprovação, inclusive;

5.2.3 O Contratante analisará a versão provisória da modalidade eletrônica em até 2 (dois) dias úteis;

5.2.4 Caso necessário, a Contratada terá que ajustar o trabalho e apresentar nova versão provisória em 2 (dias) dias corridos;

5.2.5 Tendo sido aprovada a versão provisória da modalidade eletrônica, deverá ser produzida a versão definitiva, no prazo de 2 (dois) dias corridos;

5.2.6 O Contratante analisará a versão definitiva da modalidade eletrônica em até 2 (dois) dias úteis;

5.2.7 Após aprovação da versão definitiva da modalidade eletrônica, a Contratada deverá entregá-la nos formatos digitais pdf, e-pub, e mob, bem assim implementar adaptações necessárias para disponibilização e gerenciamento da publicação na plataforma SEER-OJS, no prazo de dois dias úteis.

6. PROPRIEDADE INTELECTUAL

6.1 O fruto do trabalho intelectual realizado pelos profissionais alocados para a execução do contrato será considerado propriedade do Contratante para todos os efeitos;

6.2 O fruto do trabalho realizado pelos profissionais implicarão a autorização imediata de seu uso e a transferência total dos direitos autorais patrimoniais ao Contratante, respeitadas as normas e as legislações pertinentes ao tema;

6.3 A Contratada manterá o Contratante incólume em relação a todas e quaisquer reivindicações, demandas, processos, danos, custos, encargos, despesas e indenizações que resultem de possível violação de direitos autorais, respondendo por eventual lesão a tais direitos perante terceiros, sem prejuízo da apuração das responsabilidades incidentes.

7. ENQUADRAMENTO DO SERVIÇO

7.1. Para os fins do disposto no art. 4^º do Decreto 10.024/19, os serviços especificados neste Termo de Referência são enquadrados como serviço comum;

7.1. Para efeito de julgamento do objeto será adotado o critério do menor preço.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1 A qualificação técnica da Contratada será comprovada mediante apresentação de, pelo menos, um atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação de serviços compatíveis com o objeto deste Termo de Referência.

8.1.1 Para os fins do quanto disposto no art. 30, §1º, I da Lei 8.666/93, consideram-se parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação a produção de publicação e entrega de exemplares impressos (item 5.1.8), além da entrega de versão eletrônica com disponibilização na plataforma SEER-OJS (item 5.2.7).

8.2 A empresa deverá dispor em seus quadros da seguinte mão de obra especializada:

- a) revisor de textos (formação em letras, comunicação ou jornalismo);
- a) designer/diagramador/arte-finalista;

8.3 Não serão aceitos estagiários.

9. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

9.1. A GESTÃO do contrato será exercida pela chefia da Escola Judicial, a quem caberá, nos termos do Ato TRT5/GP nº 210/2014, ACOMPANHAR a supervisão e a fiscalização do contrato, reportando ao Diretor-Geral do CONTRATANTE quaisquer irregularidades para as providências cabíveis. O GESTOR acumulará a função de FISCAL ADMINISTRATIVO do contrato.

9.2. O FISCAL TÉCNICO do contrato, será o servidor **CARLOS ADROALDO SANTIAGO LIMA**, representando a Escola Judicial, a quem compete receber, conferir e FISCALIZAR os serviços, informando eventuais falhas para as devidas providências pela CONTRATADA.

9.2.1. Ao FISCAL TÉCNICO do contrato competirá administrar a execução dos serviços, atestar a respectiva nota fiscal para efeito de pagamento, bem como providenciar as medidas necessárias à solução de quaisquer contratempos que porventura venham a ocorrer.

9.3. Na ausência do GESTOR, as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA poderão ser prestados pelo FISCAL TÉCNICO.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Seguir a orientação do gestor do contrato e a pauta encaminhada pela Escola Judicial para a elaboração das publicações;

10.2 Editar, revisar e executar os demais atos necessários para a elaboração, produção, confecção e impressão das publicações nas versões impressa e eletrônica;

10.3 Manter-se disponível para pronto atendimento de ligações telefônicas e de contatos efetivados através de mensagens por aplicativo;

10.4 Dispor de computadores e notebooks com instalação de pelo menos os seguintes programas: Word, Excel, LibreOffice, Corel Draw X6, Adobe Master Collection CS6, Adobe Photoshop, Indesign, Illustrator; dispor de profissionais que saibam utilizá-los com proficiência;

10.5 Cumprir a legislação e as Normas Técnicas da ABNT inerentes a sua atividade;

10.6 Cumprir os prazos para a execução do objeto e demais condições previstas;

10.7 Não transferir a outrem a execução do objeto e demais obrigações avençadas;

10.8 Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela Escola Judicial do TRT5, cujas reclamações se obriga a se manifestar e atender prontamente;

10.9 Contratar e treinar todo o pessoal necessário à execução do objeto;

10.10 Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Contratante, ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Termo de Referência, bem como, orientar seus profissionais para a observância do disposto neste item;

10.11 O sigilo deverá ser observado, ainda, quanto às informações contidas em documentos, papéis e arquivos gravados em mídias ou em qualquer outro material manipulado para a realização dos serviços e em razão do ofício dos postos de trabalho, dedicando especial atenção à sua guarda, de acordo com o disposto no Decreto n.º 2.134, de 24.1.1997.

10.12 Manter durante toda a execução do objeto, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital em compatibilidade com as obrigações assumidas;

10.13 Atender prontamente ao CONTRATANTE durante a prestação do serviço, quando solicitado.

10.14 Zelar para que o serviço seja executado dentro dos padrões de qualidade a ele inerente.

10.15 Reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato quando se verifique vícios, defeitos ou incorreções;

10.16 A CONTRATADA deverá fornecer números de seus telefones fixos e celulares, endereço físico e eletrônico para contato, mantendo-os atualizados.

10.18 Cumprir os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos na IN 01/2010, da SLTI/MPOG e na Resolução nº 103/2012 do CSJT, discriminados no item 16 deste TR.

10.19 Comunicar ao Contratante, por escrito, condições inadequadas de execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;

10.20 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar diretamente ao TRT ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus empregados, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

10.21 Comprovar a qualificação profissional da equipe indicada na habilitação: revisor de textos (formação em letras, comunicação ou jornalismo); b) designer/diagramador/arte-finalista (certificado do curso respectivo), sempre que solicitada pelo CONTRATANTE, no prazo de 05 dias úteis.

11. PAGAMENTO

11.1 O pagamento à CONTRATADA será efetuado após o recebimento definitivo do objeto, mediante depósito bancário, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93;

11.2 Deverá acompanhar o documento fiscal relatório detalhado dos serviços prestados;

11.3 Ao efetuar o pagamento serão retidos os tributos e encargos que a Lei assim determinar, entre eles o imposto de renda e as contribuições previstas no *caput* do art. 64 da Lei 9.430/96, salvo para as empresas comprovadamente optantes do SIMPLES, nos termos do art. 25, XI, da IN n.º 306/03-SRF.

11.4 Qualquer irregularidade no documento fiscal que comprometa a liquidação da obrigação ou nos documentos que devem seguir em anexo, obrigará a apresentação de novo documento e nova contagem do prazo para pagamento.

11.5 O TRT/BA não se responsabilizará por quaisquer obrigações não previstas

neste instrumento nem fará adiantamentos de valores a CONTRATADA, seja de que natureza for, nem arcará com despesas operacionais ou administrativas que sejam realizadas pela CONTRATADA na execução do objeto contratado.

11.6 O prazo e a metodologia de pagamento observará os padrões deste tribunal.

12. PROPOSTA DE PREÇOS

12.1 Os preços apresentados deverão englobar os custos de responsabilidade e ônus da Contratada, sem a eles se limitarem, quais sejam:

a) Recolhimento de todos os tributos incidentes sobre os serviços executados pela Contratada;

a) Todos os custos a mais que se façam necessários para o fiel desempenho na prestação dos serviços.

12.2 Considerando-se que cada edição das publicações contemplará números de páginas distintos, a unidade de referência a ser adotada nas propostas apresentadas para cada serviço deverá ser o custo por página.

15. REQUISITOS DE QUALIDADE

15.1 Os textos que integrarão a revista deverão estar redigidos em consonância com o que estabelece o Acordo Ortográfico de 1990, em vigor desde 1^o/01/2009, e deverão primar pela clareza, precisão, correção e polidez;

15.2 A versão provisória das publicações deverá ter menos de dez erros de escrita, e a versão definitiva, nenhum;

15.3 A diagramação da revista deverá primar pela otimização do espaço das páginas e pelo conforto visual do leitor, não sendo admissíveis linhas orfãs e/ou viúvas, colunas desalinhadas, fontes despadronizadas diferentes em cada texto, margens irregulares, nem quaisquer outros defeitos que firam os preceitos gráficos básicos;

15.4 A resolução de captura das fotos para ampliação de arquivos digitais deve ser a partir de 10 megabytes;

15.5 A resolução de impressão das imagens deve ser a partir de 300 dpi (dots per inch, pontos por polegadas);

15.6 O tratamento de imagem deve utilizar balanço de branco, ajuste de matiz, saturação e brilho, ajuste de nitidez e filtros;

15.7 As fotografias eventualmente incluídas deverão ser tratadas/editadas por meio de softwares apropriados (Photoshop, Lightroom ou outros de mesmo nível técnico ou superior), dos quais deverá dispor a Contratada;

16. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

16.1 O serviço prestado deverá atender aos critérios de sustentabilidade previstos na IN MPOG 01/2010 e na Resolução nº 103/2012 do CSJT, sobretudo:

a) Quanto aos materiais usados no serviço:

I – devem ser constituídos, quando cabível, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – as embalagens deverão ter o menor volume possível;

III – não poderão conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoCHS (**Restriction of Certain Hazardous Substances**), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

b) Quanto aos Processos internos:

I - realizar a separação dos resíduos recicláveis decorrentes de embalagens e materiais de acondicionamento e proteção utilizados nos transportes decorrentes do eventual contrato e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis;

II – respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

III – fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços.

c) Quanto à impressão das revistas:

I- Priorizar a utilização de papel reciclado, observada a conformidade com a norma ABNT NBR 15755:2009.

17. MULTAS

17.1 Resguardados os direitos que a Administração tem de aplicar as penalidades legalmente previstas, no caso de inadimplemento parcial ou total do objeto do presente certame serão aplicadas as seguintes multas e parâmetros:

TABELA 1

GRAU	VALOR
1	R\$ 150,00
2	R\$ 300,00
3	R\$ 450,00
4	R\$ 600,00
5	R\$ 750,00
6	R\$ 1.000,00

TABELA 2

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços.	2	Por empregado e por ocorrência
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços;	5	Por ocorrência
3	Destruir ou danificar documentos ou equipamentos do TRT/BA por culpa ou dolo de seus agentes;	4	Por ocorrência
4	Recusar-se a executar serviço previsto no contrato quando determinado pela fiscalização, sem motivo justificado;	5	Por ocorrência
5	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou de consequências letais;	6	Por ocorrência
6	Não substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições;	3	Por empregado e por ocorrência
7	Não cumprir o horário para a prestação de serviços estabelecido no contrato;	6	Por ocorrência
8	Não cumprir determinação formal	4	Por ocorrência

	ou instrução complementar da fiscalização quanto aos termos do Edital;		
9	Para atraso no início da prestação de serviços.	1	Por dia

17.2 Será configurada a inexecução parcial do objeto, sem prejuízo a rescisão por inadimplência, quando houver descumprimento das etapas de execução do objeto (item 05) ou ainda inobservância dos prazos ali fixados – salvo em relação aos itens 5.1.8, 5.1.8.1 e 5.2.7 – circunstância que ensejará aplicação de multa no percentual de 10% (dez por cento) da parcela em inadimplência, assim considerada a parte do objeto ainda pendente de execução.

17.3 Também será considerada inexecução parcial do contrato nos casos em que a CONTRATADA se enquadre em pelo menos 01 (uma) das situações previstas na seguinte tabela, durante a vigência do referido instrumento, hipótese que poderá ensejar a rescisão contratual por inadimplência, sem prejuízo da incidência dos valores das multas previstos nas tabelas 1 e 2:

TABELA 3

GRAU DA INFRAÇÃO	QUANTIDADE DE INFRAÇÕES
1	7 ou mais
2	6 ou mais
3	5 ou mais
4	4 ou mais
5	3 ou mais
6	2 ou mais

17.4 Será configurada a inexecução total do objeto nas seguintes hipóteses, sem prejuízos da rescisão por inadimplência, ocasião em que incidirá multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor total do contrato:

- a) Descumprimento dos itens 5.1.8, 5.1.8.1 e 5.2.7;
- b) Recusa pelo CONTRATANTE do produto final entregue, por não observar especificações deste Termo de Referência.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do contrato, fica desde já compelida a Contratada a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone;

18.2 O Contratante não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;

18.3 De acordo com a Resolução nº 07, de 18/10/2005, do Conselho Nacional de Justiça, fica a Contratante ciente da vedação de manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal Contratante.

18.4 Os efeitos do referido ato se estendem também aos eventuais ocupantes de função comissionada no âmbito do TRT5, que direta ou indiretamente tenham poder de fiscalização ou gestão de contratos.

19. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Leis nº 10.520/2002; 8.666/93, alterada pela Lei nº 12.440/2011 e a legislação pertinente.

ANEXO I do Termo de Referência - QUANTITATIVO ANUAL ESTIMADO

Tratando-se de ata de registro de preços, e nos termos dos itens 3.3 e 14.2 do presente termo de referência, não haverá pedido mínimo de produção anual de e-books ou de revista eletrônica. As informações a seguir prestadas objetivam estabelecer estimativa para referência com o fito de auxiliar interessados na eventual formulação de propostas.

Item	Produto/serviço	Und.	Qtde.
1	REVISTA ELETRÔNICA/E-BOOKS: a) Serviço de diagramação eletrônica e projeto gráfico para produção de publicações (revista ou livro) em formato digital nos formatos pdf, e-pub, e mob; b) revisão ortográfica; c) diagramação/arte-finalização; d) ilustração; e) produção fotográfica; f) tratamento e edição de fotos; g) digitalização; h) implementação e adaptações necessárias para disponibilização e gerenciamento das publicações na plataforma SEER-OJS; i) produção de ficha catalográfica; j) solicitação de ISBN e atribuição de DOI para ambas as versões (digital e física); l) miolo: máximo de 300 páginas por edição; 4 edições por ano; total em média de 1.200 páginas	página	1200
2	Impressão de exemplares; tiragem de 50 por edição; 04 edições por ano; 300 páginas em média por edição; total em média de 60.000 páginas	página	60000
	Total contratado para 12 meses:		

(TIMBRE DA EMPRESA)

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR

.....(NOME DO LICITANTE),
CNPJ n.º, ciente das implicações do art. 78 da lei 8.666/93,
sem prejuízo das sanções penais previstas, com base no art. 27, V do mesmo regulamento,
declara não possuir no seu quadro de funcionários menores de 18 anos exercendo trabalho
noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 anos exercendo qualquer trabalho,
ressalvada a possibilidade de contratação de aprendizes a partir de 14 anos.

Salvador, de de

Diretor / Representante Responsável
(Nome legível)

(TIMBRE DA EMPRESA)

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

.....(NOME DO LICITANTE),
CNPJ n.º, declara sob as penas da Lei que até a
presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório,
estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Salvador, de de

Diretor / Representante Responsável
(Nome legível)

(TIMBRE DA EMPRESA)

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

Licitação: _____

.....(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de(Identificação completa da licitante) doravante denominado Licitante, para fins do disposto no item do Edital, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da(identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da(identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da(identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (Órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Salvador, de de

Diretor / Representante Responsável
(Identificação Completa)

(TIMBRE DA EMPRESA)

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EM SUA CADEIA PRODUTIVA EMPREGADOS EXECUTANDO TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO

.....(NOME DO LICITANTE),
CNPJ n.º, declara sob as penas da Lei que não possui,
em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado,
observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição
Federal.

Salvador, de de

Diretor / Representante Responsável
(Nome legível)

(TIMBRE DA EMPRESA)

ANEXO VI

**DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA OU
PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

.....(NOME DO LICITANTE),
CNPJ n.º, declara sob as penas da Lei que os serviços
são prestados com reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para
reabilitado da Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade previstas na
legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Salvador, de de

Diretor / Representante Responsável
(Nome legível)

ANEXO VII

ESTIMATIVA DE PREÇOS E LIMITE DE ADMISSIBILIDADE DAS PROPOSTAS

Grupo	Item	Produto/serviço	CATSER*	Unid.	Quant.	Preços Unitários (R\$)	Preço Total (R\$)
1	1	REVISTA ELETRÔNICA/E-BOOKS: a) Serviço de diagramação eletrônica e projeto gráfico para produção de publicações (revista ou livro) em formato digital nos formatos pdf, e-pub, e mob; b) revisão ortográfica; c) diagramação/arte-finalização; d) ilustração; e) produção fotográfica; f) tratamento e edição de fotos; g) digitalização; h) implementação e adaptações necessárias para disponibilização e gerenciamento das publicações na plataforma SEER-OJS; i) produção de ficha catalográfica; j) solicitação de ISBN e atribuição de DOI para ambas as versões (digital e física); l) miolo: máximo de 300 páginas por edição; 4 edições por ano; total em média de 1.200 páginas	10138	Und	1200	41,37	49.644,00
1	2	Impressão de exemplares; tiragem de 50 por edição; 04 edições por ano; 300 páginas em média por edição; total em média de 60000 páginas	19275	Und	60000	0,28	16.800,00
TOTAL GERAL							R\$ 66.444,00

* Em caso de divergência entre a especificação do termo de referência e a do catálogo do sistema onde será realizada a licitação, prevalecerá a do termo de referência.

ANEXO VIII

PLANILHA DE COTAÇÃO

Processo: _____

Pregão Eletrônico: _____

Grupo	Item	Produto/serviço	CATSER*	Unid.	Quant.	Preços Unitários (R\$)	Preço Total (R\$)
1	1	REVISTA ELETRÔNICA/E-BOOKS: a) Serviço de diagramação eletrônica e projeto gráfico para produção de publicações (revista ou livro) em formato digital nos formatos pdf, e-pub, e mob; b) revisão ortográfica; c) diagramação/arte-finalização; d) ilustração; e) produção fotográfica; f) tratamento e edição de fotos; g) digitalização; h) implementação e adaptações necessárias para disponibilização e gerenciamento das publicações na plataforma SEER-OJS; i) produção de ficha catalográfica; j) solicitação de ISBN e atribuição de DOI para ambas as versões (digital e física); l) miolo: máximo de 300 páginas por edição; 4 edições por ano; total em média de 1.200 páginas	10138	Und	1200		
1	2	Impressão de exemplares; tiragem de 50 por edição; 04 edições por ano; 300 páginas em média por edição; total em média de 60000 páginas	19275	Und	60000		
TOTAL GERAL							R\$

* Em caso de divergência entre a especificação do termo de referência e a do catálogo do sistema onde será realizada a licitação, prevalecerá a do termo de referência.

Prazo Entrega	
Prazo de Substituição	

Prazo de Garantia	
Prazo de Validade	

DADOS DA EMPRESA		DADOS DO RESP.PELA ASSINATURA DO ACORDO ADMINISTRATIVO	
Razão Social		Nome	
CNPJ		Estado civil	
Insc. Estadual		Profissão	
Insc. Municipal		CPF	
Telefone		Identidade	
Fax		Domicílio	
E-mail		cargo	
Banco			
Agência			
Conta-Corrente			
Praça Pagamento			
Endereço			

Declaro que tenho ciência e concordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

_____, ____ de _____ de _____
 (Local) (Data) (Assinat. Rep. Legal)

Instruções de Preenchimento da Proposta de Preços

1. Todos os dados da proposta deverão ser preenchidos.
2. Prazo de validade das propostas (em caso de a empresa não informar, será considerado o prazo constante no edital).
3. Prazo de entrega dos produtos (em caso de a empresa não informar, será considerado o prazo constante no edital).
4. Prazo de substituição dos produtos (em caso de a empresa não informar, será considerado o prazo constante no edital).
5. Prazos de Garantia e Validade (em caso de a empresa não informar, será considerado o prazo constante no edital).
6. Os dados informados não poderão, em hipótese alguma, contrariar ou estabelecer condições diferentes daquelas previstas no Edital e seus anexos, sob pena de desclassificação da proposta.
7. **Pedido mínimo:** não haverá pedido mínimo.

ANEXO IX

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

No dia ____ do mês de _____ de 2021, no Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região – Bahia, são registrados os preços da(s) empresa(s) abaixo identificada(s) **para eventual contratação de pessoa jurídica especializada em serviços editoriais e gráficos para viabilizar a produção de edições de e-book e revista eletrônica, incluindo tiragens impressas, para o Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região,** conforme descrito nos quadros abaixo, resultante do Pregão Eletrônico nº 008/21, pelo Sistema de Registro de Preços. As especificações técnicas constantes do processo administrativo nº 3580/2021, assim como os termos da proposta, integram esta ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

O presente Registro de Preços terá vigência de 12 meses a contar da data de publicação.

Grupo	Item	Produto/serviço	CATSER*	Unid.	Quant.	Preços Unitários (R\$)	Preço Total (R\$)
1	1	REVISTA ELETRÔNICA/E-BOOKS: a) Serviço de diagramação eletrônica e projeto gráfico para produção de publicações (revista ou livro) em formato digital nos formatos pdf, e-pub, e mob; b) revisão ortográfica; c) diagramação/arte-finalização; d) ilustração; e) produção fotográfica; f) tratamento e edição de fotos; g) digitalização; h) implementação e adaptações necessárias para disponibilização e gerenciamento das publicações na plataforma SEER-OJS; i) produção de ficha catalográfica; j) solicitação de ISBN e atribuição de DOI para ambas as versões (digital e física); l) miolo: máximo de 300 páginas por edição; 4 edições por ano; total em média de 1.200 páginas	10138	Und	1200		

1	2	Impressão de exemplares; tiragem de 50 por edição; 04 edições por ano; 300 páginas em média por edição; total em média de 60000 páginas	19275	Und	60000		
TOTAL GERAL							R\$

Em função das alterações promovidas pelo Decreto n. 9.488, de 30/08/2018 ao art. 22 do Decreto n. 7.892/2013, que condiciona a manifestação do órgão gerenciador aos pedidos de adesão à análise de estudo realizados pelos órgãos que não participarem do registro de preços, cujos parâmetros ainda carecem de regulamentação, não será concedida a adesão de órgãos não participantes às atas de registro de preços decorrentes desta contratação, **conforme item 2.4 do Termo de Referência.**

Do recebimento: As publicações (revista e e-book), tanto na modalidade impressa quanto na eletrônica, serão recebidas pelo Contratante em três etapas: versão ou versões provisórias; prova final; e versão definitiva;

O recebimento das versões definitivas caracterizar-se-á em recebimento definitivo do objeto;

Os exemplares das publicações devem ser entregues na Escola Judicial do TRT5, na Rua Bela Vista do Cabral, S/N – Ed. Médici, 1º andar – Nazaré. 40.055-055, Salvador/BA, em dias úteis, de segunda a sexta, das 9h30 às 16h30.

O conteúdo referente à modalidade física deverá ser entregue impressa em papel. A modalidade eletrônica (formato pdf) deve ser encaminhada para o e-mail escolajudicial@trt5.jus.br.

RECEBIMENTO DA MODALIDADE IMPRESSA:

A primeira etapa consiste no recebimento de uma ou mais versões provisórias referentes à modalidade impressa das publicações. Deverá ser ajustada até que seja efetivamente aprovada pela Escola Judicial;

A segunda etapa consiste no recebimento da prova final - exata e idêntica ao produto - cuja modalidade impressa deverá ter a aprovação da Escola Judicial;

A terceira etapa consiste no recebimento dos exemplares impressos. O conteúdo referente a estes deverá ainda ser encaminhado por email, para eventual necessidade de impressões extras de exemplares.

RECEBIMENTO DA MODALIDADE ELETRÔNICA:

A primeira etapa consiste no recebimento de uma ou mais versões provisórias referentes à modalidade eletrônica das publicações, que deverá ser reformulada até que receba aprovação definitiva da Escola Judicial;

A segunda etapa consiste no recebimento da prova final, - exata e idêntica ao produto - que deverá ter a aprovação da Escola Judicial;

A terceira etapa consiste no recebimento da modalidade eletrônica nos formatos digitais pdf, e-pub, e mob e disponibilização e gerenciamento da publicação na plataforma SEER-OJS

Prazo de entrega dos materiais: os materiais deverão ser entregues nos prazos estabelecidos no item 5 do termo de referência.

Na modalidade impressa: Em até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data do recebimento da pauta, a Contratada deverá apresentar uma versão provisória, diagramada, no formato Word, da modalidade impressa da Revista, juntamente com fotografias ou imagens eventualmente selecionadas para cada item da publicação, se for o caso;

O Contratante analisará a versão provisória da modalidade impressa em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do dia seguinte ao do recebimento do produto;

Caso necessário, a Contratada deverá reformular o trabalho e apresentar nova versão provisória em até 5 (cinco) dias corridos;

O Contratante analisará a nova versão provisória da modalidade impressa em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do dia seguinte ao do recebimento do produto;

Tendo sido aprovada a nova versão provisória da modalidade impressa, mediante aprovação da Escola Judicial, deverá ser produzida a versão definitiva, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da data do aprovação, inclusive;

O Contratante analisará a versão definitiva da modalidade impressa em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do dia seguinte ao do recebimento do produto;

Tendo sido aprovada a versão definitiva da modalidade impressa, deverá ser apresentada a prova digital de impressão, no prazo de dois dias corridos;

Na hipótese de se afigurar tecnicamente viável, a prova digital de impressão poderá ser apresentada no prazo de dois dias corridos, contados da aprovação da versão definitiva da modalidade eletrônica, (item 5.2.7 do termo de referência), caso tenha esta sido previamente iniciada;

A Contratada terá um prazo de 5 (cinco) dias corridos, a partir da data de aprovação da prova digital, inclusive, para entregar dos exemplares;

7.5.4.1.7.1 Caso seja identificadas falhas ou baixa qualidade de impressão, os exemplares serão devolvidos e a Contratada terá prazo de 5 (cinco) dias corridos para entregar os novos exemplares.

Na modalidade eletrônica: em até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data do recebimento da pauta, a Contratada deverá apresentar uma versão provisória, diagramada, no formato Word, da modalidade eletrônica da Revista, juntamente com fotografias ou imagens eventualmente selecionadas para cada item da publicação, se for o caso;

A elaboração da modalidade eletrônica poderá ser iniciada, facultativamente, no dia em que a versão definitiva de versão impressa previamente produzida (ITEM 5.1.7 do termo de

referência) tiver sido aprovada;

Na hipótese do item anterior, a versão provisória da modalidade eletrônica deverá ser entregue em até 1 (um) dia corrido, contado a partir da data de aprovação, inclusive;

Caso necessário, a Contratada terá que ajustar o trabalho e apresentar nova versão provisória em 2 (dias) dias corridos;

O Contratante analisará a versão provisória da modalidade eletrônica em até 2 (dois) dias úteis;

Caso necessário, a Contratada terá que ajustar o trabalho e apresentar nova versão provisória em 2 (dias) dias corridos;

Tendo sido aprovada a versão provisória da modalidade eletrônica, deverá ser produzida a versão definitiva, no prazo de 2 (dois) dias corridos;

O Contratante analisará a versão definitiva da modalidade eletrônica em até 2 (dois) dias úteis;

Após aprovação da versão definitiva da modalidade eletrônica, a Contratada deverá entregá-la nos formatos digitais pdf, e-pub, e mob, bem assim implementar adaptações necessárias para disponibilização e gerenciamento da publicação na plataforma SEER-OJS, no prazo de dois dias úteis.

Local e horário de entrega dos produtos: os exemplares das publicações devem ser entregues na Escola Judicial do TRT5, na Rua Bela Vista do Cabral, S/N – Ed. Médici, 1º andar – Nazaré. 40.055-055, Salvador/BA, em dias úteis, de segunda a sexta, das 9h30 às 16h30.

7.5.7.1 O conteúdo referente à modalidade física deverá ser entregue impressa em papel. A modalidade eletrônica (formato pdf) deve ser encaminhada para o e-mail escolajudicial@trt5.jus.br.

Pedido mínimo: Pedido mínimo: não haverá pedido mínimo.

Salvador – Ba, ____ de _____ de 2021.

XXXXXXXXXXXXX
Diretor Geral
P/ ADJUDICANTE

Nome do representante (sócio, procurador etc)
Nome da Empresa vencedora

XXXXXXXXXXXXXXXXX
Nome Gestor da Ata de Registro de Preços



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Coordenadoria de Material e Logística

ANEXO DA ATA

Constitui Anexo ao presente instrumento o Histórico de Classificação dos Licitantes constante do sistema COMPRASNET, disponível publicamente em www.comprasnet.com.br – contendo o registro das licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços acima pelos preços ora registrados, porventura tenham havido interessados, nos termos do inc. II e do §1º do art. 11 do Decreto nº 7.892/2013, com a redação dada pelo Decreto nº 8.250/2014.